

II SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS UNICV

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

07 a 09 de novembro de 2023.

Maringá, Paraná - Brasil

ANAIS DO EVENTO

II SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS UNICV

REALIZAÇÃO

Centro Universitário Cidade Verde – UniCV, Coordenação dos cursos de Licenciatura em História, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em Ciências da Religião, Licenciatura em Artes e Artes Visuais, Licenciatura em Sociologia, Licenciatura em Ciências Sociais, Bacharelado em Teologia e Tecnólogo em Ministério Pastoral.

ORGANIZADORES

Prof. Dr. Saulo Henrique Justiniano Silva

Prof. Esp. Brenda Marques Salinas

Prof. Esp. Jonas Brustulin Ramos

COMITÊ CIENTÍFICO DO EVENTO

Prof. Esp. Brenda Marques Salinas

Prof. Esp. Jonas Brustulin Ramos

Prof. Me. Augusto César Ferreira

Prof. Me. Carolina Dieguez Cândido

Prof. Me. Laís Fialho Azevedo

Prof. Dr. Eduardo Sales de Lima

Prof. Dr. Saulo Henrique Justiniano Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

<p>C568a II Semana de Ciências Humanas UniCV. (2.: 2024: Maringá - PR). Anais – II Semana de Ciências Humanas UniCV [recurso eletrônico] / Saulo Henrique Justiniano Silva, Brenda Marques Salinas, Jonas Brustulin Ramos (Organizadores). - Maringá – PR UniCV, 2024. ISBN: 978-85-68323-37-3 1. História. 2. Filosofia. 3. Ciências da Religião. 4. Artes. 5. Sociologia. 6. Ciências Sociais. 7. Teologia. 8. Artes Visuais. 9. Ministério Pastoral. 10. Pesquisa. 11. Semana de Ciências Humana. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 080</p>
--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do UniCV – Maringá-PR

Bibliotecária: Mara Regina Colafatti CRB-9 1272



Apresentação

Estabelecer um lugar garantido às ciências humanas tem se mostrado um constante desafio, principalmente em um mundo onde os parâmetros das ciências naturais ocupam um grande espaço, enfatizando até mesmo o imediatismo tecnológico. Ao passar por um contexto pandêmico, lembramos do caráter indispensável da pesquisa científica, algo que se mantém adormecido em nosso cotidiano quando não estamos em uma situação de crise. E quando nos lembramos da importância da pesquisa científica em um cenário como esse, lembramos imediatamente das ciências naturais e do seu potencial para resolver problemas. No entanto, muitos de nós, envolvidos no senso comum, esquecemos de levantar a seguinte pergunta: como as ciências humanas podem nos ajudar na mesma medida?

De um lado, temos o método pautado na experiência e na coleta de evidências observáveis. De outro lado, temos a análise crítica da condição humana, seja em seus elementos mais concretos (como aspectos socioculturais), seja em seus elementos mais abstratos (como conceitos e definições). Diante dessa divisão, muitos poderiam dizer que o primeiro método é mais intuitivo e seguro, enquanto o segundo é mais nebuloso e desperta um certo ceticismo em sua aplicabilidade. Mas ao concluir que um lado pesa mais que o outro, estamos diante de um equívoco. E onde exatamente está o equívoco? O equívoco está justamente no não reconhecimento da complexidade do mundo.

Ao perceber que certos aspectos da realidade escapam das fórmulas e da exatidão, estamos diante da necessidade do reconhecimento de problemas cuja urgência é real, pois exigem uma investigação que seja ao mesmo tempo precisa e humanizante. Inseridos em um contexto de avanço tecnológico nunca antes visto, é evidente que uma investigação humanizante é fundamental, pois ao mesmo tempo que desvela condições ignoradas, reverte efeitos que buscam objetificar o ser humano. E se estamos falando do âmbito da pesquisa acadêmica, precisamos enfatizar o átomo que compõe a estrutura básica da pesquisa: o debate. É preciso reconhecer que o debate é o antídoto para qualquer atitude dogmática ou conformista, atitude que pode resultar em atrofia da nossa curiosidade intelectual e empatia. A II Semana de Ciências Humanas do UniCV tem como justificativa a necessidade de afirmar o espaço das ciências humanas em um mundo tão dinâmico, ressaltando o

valor das vivências e da subjetividade na produção de conhecimento.

Comissão organizadora

Sumário

METODOLOGIA ATIVA DE ESTUDO DE CASO COMO PRECURSORA DO ENSINO DA QUÍMICA.	2
GABRIELLY LORRAYNNY MARTINS DE OLIVEIRA	2
TRANSMÍDIA E INTERTEXTUALIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE OS CONCEITOS CONSIDERANDO A LINGUAGEM VISUAL EM MÍDIAS DIGITAIS	6
VANDER APARECIDO DE CASTRO	6
UMA ABORDAGEM SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO ENTRE A UBER E OS MOTORISTAS DE APLICATIVO	11
ELIZEU DA SILVA GÓIS	11
A PROPAGAÇÃO DA FÉ PELO IMPÉRIO: A FORMAÇÃO DA NOBREZA LETRADA NO SÉCULO XVI EM PORTUGAL E A UNIVERSIDADE DE COIMBRA	16
LUCIANA DE ARAÚJO NASCIMENTO GUARALDO	16
ALTERIDADE E RESPEITO: DESAFIOS PARA O CRISTIANISMO TRANSMODERNO	21
JONAS BRUSTULIN RAMOS	21
A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: UM OLHAR PARA A AMÉRICA PORTUGUESA	27
LUCIANA DE ARAÚJO NASCIMENTO GUARALDO	27
O SAGRADO A PARTIR DA EPISTEME FEMININA	32
TELMA COSTA	32
EDUARDO SALES DE LIMA	32
TEOLOGIA CRISTÃ E PSICOLOGIA: UMA DIALÉTICA NECESSÁRIA PARA OS NOSSOS DIAS	38
MARLON FERREIRA FIGUEIREDO	38
RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IGREJA DIANTE DA PREVENÇÃO AO ALCOOLISMO: ELABORAÇÃO DE PALESTRAS	44
ANTONIO SÉRGIO COSTA LIMA	44
TEOLOGIA PRÁTICA E A MEDIAÇÃO PARA UMA HOMBRIDADE EM TEMPOS DE MUDANÇA	51
GLADYSTON TAVARES LADISLAU	51

METODOLOGIA ATIVA DE ESTUDO DE CASO COMO PRECURSORA DO ENSINO DA QUÍMICA.

Gabrielly Lorryanny Martins de Oliveira¹
gabriellylmo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A ciência tem contribuído para a evolução tecnológica da humanidade ao longo dos anos. A química em particular é a ciência que fundamenta o desenvolvimento de novos produtos, cosméticos, medicamentos, alimentos além de ser precursora dos novos materiais. Visto sua importância na indústria e no cotidiano, a aplicabilidade da química deveria ser mais evidente na educação.

A falta de laboratórios adequados inviabiliza a aplicação de aulas práticas, dificultando a experiência do aluno com a aplicação da química, diante deste cenário as metodologias ativas podem ser implantadas para proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa.

2. DESENVOLVIMENTO

Dificuldade dos alunos em aprenderem química surge desde o ensino médio e se alastram pelo ensino superior. A pesquisa realizada pela UFPA com 71 alunos do ensino médio permitiu verificar que os alunos carecem de aulas interdisciplinares e verificaram a predominância de metodologias tradicionais no ensino de química (MENEZES 2017). Em 2018 apenas 38,8% das instituições públicas estaduais e municipais possuem um laboratório de ciências em sua infraestrutura, dificultando a prática experimental em um local adequado (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019).

Além dos experimentos, o ensino da química consiste na resolução de cálculos matemáticos, memorização de conceitos, teorias, fórmulas e símbolos além da assimilação do conteúdo com a prática (RODRIGUES, DE SÁ e DE SÁ 2021). As pesquisas realizadas por Yamaguchi (2022) corroboram com cenário de dificuldade enfrentado pelos alunos para aprenderem química, principalmente química orgânica.

¹Química licenciada, pós-graduada em Docência no Ensino Superior; Análises químicas e instrumentais; imunologia e microbiologia; Farmácia oncológica; Tecnologia aplicada ao ensino a distância. Mestrado em Química com ênfase em Físico-Química e química dos materiais aplicados no desenvolvimento de medicamentos fotossensíveis pela Universidade estadual de Maringá (UEM); Tutora educacional no UniCV.

Portanto os desafios a serem superados exigem que os professores passem a adotar novas práticas pedagógicas a fim de viabilizar o ensino da química. As metodologias ativas são práticas podem facilitar o processo de aprendizagem, e podem ser a experimentação, resolução de problemas (BARIN, BEQUE 2021), gamificação (LOPES D. 2021), Sala de aula invertida (LOPES J. 2024) e o estudo de caso (DA SILVA et. Al. 2022).

Visto que a dificuldade enfrentada na escola (SOUZA et al 2021) e na graduação (ALVES 2021;YAMAGUCHI 2022), a dificuldade dos alunos em aprenderem conceitos básicos tem acompanhado até a graduação impactado em sua desistência, revelando uma fragilidade por parte dos alunos do curso em casos de graduação (CENSO 2015). A metodologia ativa de método de caso pode ser uma alternativa para favorecer a aprendizagem significativa. Pesquisa realizada por Pinheiro (2024) esclareceu o grupo de professores analisados não usavam a metodologia por não saberem como aplicar.

O método de caso é consiste na apresentação de assuntos reais e específicos e propõe que o aluno seja agente pesquisador e se aprofunde no conhecimento. Essa investigação irá gerar discussões em grupo e trocas de conhecimento, tais abordagens contrapõem modelo didático tradicional (MENEZES 2009).

Alguns autores têm trabalhado com essa metodologia no ensino de química orgânica e tem obtido sucesso no desenvolvimento e engajamento dos alunos em sala de aula. Isso se dá pelo posicionamento do aluno em contato direto com a investigação própria sobre o assunto em consonância com a contextualização de assuntos reais. Isso tem proporcionado o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa dos alunos e os colocados como protagonistas no processo de desenvolvimento do seu próprio saber (DA SILVA et al. 2022; FRANCISCO; JUNIOR 2021).

3. CONCLUSÃO

Consonância com dados da literatura e a dificuldade dos alunos em assimilar conceitos básicos baseados na dificuldade de aplicação da química, o estudo de caso é um método eficaz de metodologias ativas que poderá viabilizar o ensino da química tanto nas escolas, quanto no ensino superior. Tratando-se de um método de caso que

permite que o aluno estude a situação do cotidiano, correlacione os conceitos científicos e situações específicas com a prática de aplicação da química proporcionando que o discente desenvolva uma aprendizagem significativa e mais eficaz na formação do aluno desenvolvimento das habilidades idealizadas na BNCC.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGATHA LOTTERMANN SELBACH, DANIELE PRESTES DANIEL, DANIEL DAS CHAGAS DE AZEVEDO RIBEIRO E CAMILA GREFF PASSOS. O método de Estudos de Caso na promoção da argumentação no Ensino Superior de Química: uma revisão bibliográfica. **Quím. novaescola** – São Paulo-SP, BR. Vol. 43, N° 1, p. 38-50, fevereiro 2021.

ALVES, N. B., SANGIOGO, F. A., & PASTORIZA, B. DOS S.. Dificuldades no ensino e na aprendizagem de química orgânica do ensino superior - estudo de caso em duas Universidades Federais. **Química Nova**, 44(6), 773–782, 2021.

BARIN, C. S.; BEQUE RAMOS, T. EXPERIMENTAÇÃO ALIADA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NO ENSINO DE QUÍMICA: O QUE TEM SIDO DISCUTIDO? **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista – ENCITEC**, v. 11, n. 3, p. 193–209, 30 nov. 2021.

DA SILVA LAURINE C. P., DA SILVA VERÔNICA J. V., LOPES THAÍS N. DOS SANTOS ANDRÉ M.. A Temática dos Agrotóxicos para o Ensino de Química Orgânica: Uma Experiência com o Método do Estudo de Caso no Ensino Médio Regular. **Quím. nova esc.** – São Paulo-SP, BR Vol. 44, N° 2, p. 248-258, MAIO 2022. <http://dx.doi.org/10.21577/0104-8899.20160315>

FRANCISCO, W.; JUNIOR, W. Fomentando a formação docente de pós-graduandos em química: um estudo de caso na disciplina de estágio docência. **Química Nova**, 44 (09), 2021.

MENEZES, M. A. DE A. Do método do caso ao case: a trajetória de uma ferramenta pedagógica. **Educação e Pesquisa**, v. 35, n. 1, p. 129–143, abr. 2009.

MENEZES COSTA, F.; RIBEIRO DOS SANTOS, K.; NOGUEIRA CORRÊA, C.; TRINDADE SARAH, A.; PORTAL RIBEIRO, F.V.; MORAIS DA SILVA, L.L.; PANARRA FERREIRA GOMES DAS NEVES, P.A.. **Dificuldades no ensino de química: um estudo realizado com alunos de um projeto de ensino**, 2017. Disponível em: <<https://www.abq.org.br/cbq/2017/trabalhos/6/11430-15734.html>> Acesso: 16/02/2024.

Ministério da educação. **Censo escolar Números revelam deficiências das escolas de ensino médio**. Publicado em 2019. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/33541-censo-escolar/73311-numeros-revelam-deficiencias-das-escolas-de-ensino->

TRANSMÍDIA E INTERTEXTUALIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE OS CONCEITOS CONSIDERANDO A LINGUAGEM VISUAL EM MÍDIAS DIGITAIS

Vander Aparecido de Castro²
castruvander@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

É por meio do texto que o homem se comunica. Seja escrito, em gestos, em imagens; o texto constitui em si o objeto de comunicação. Ao longo dos anos, evoluímos da tradição oral na antiguidade até o universo digital que reúne múltiplos textos/hipertextos, em diversos formatos e mídias. A evolução do texto ao longo da história é um fator fascinante que reflete não apenas as mudanças na linguagem e na comunicação, mas também nas transformações sociais, culturais e tecnológicas que ocorreram ao longo dos séculos. Cury (s.d, n.p) afirma que “um texto é, pois, um recorte no largo campo da produção dos bens da cultura, produções continuamente postas em relação pelo homem no seu processo de produzir significação”.

No âmbito do século XXI, textos e hipertextos dialogam com as múltiplas maneiras de complementar ou colaborar para uma narrativa já existente, isso pode se dar em áudio, texto, imagem, vídeo. Atualmente, considerando a herança cultural do ser humano, os textos circulam e são recriados em espaços digitais, estão cada vez mais numerosos, abrangendo um universo de mídias.

Nesse contexto, quando o professor pretende estabelecer uma reflexão de como os textos dialogam entre si, ou seja, são intertextuais, precisa considerar o contexto da transmídia; a ideia de que textos são muitos, estão em diferentes espaços, utilizados de várias maneiras e estão conectados a um discurso, a uma narrativa. Desse modo, questiona-se, então: de que modo a transmídia colabora para um maior entendimento da análise intertextual?

Assim, este trabalho analisa os conceitos e contextos de transmídia, aliando-os às peculiaridades que caracterizam o trabalho com o intertexto em um diálogo que considera a linguagem visual em mídias digitais. O objetivo deste trabalho é discutir a relação entre a intertextualidade e transmídia no contexto da análise textual. A

²Graduado em Letras, Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela *MUST University*

metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica cujo instrumento de pesquisa foi a revisão de literatura.

O texto está organizado em dois capítulos onde se discute: primeiramente, a linguagem visual entre as manifestações textuais e as mídias digitais, levando em conta as relações que se estabelecem num contexto de vivência e necessidades de uma sociedade conectada; em seguida, trata de explorar a relação entre intertextualidade e transmídia como um elo presente nas representações cotidianas e que servem para dar significado a um texto que se pretende compreender ou interpretar.

Chegou-se à conclusão de que a intertextualidade e a transmídia estão em correspondência e que, essa fusão, no ensino, colabora para o aluno obter um entendimento mais profundo das mensagens e aprender a relacionar diferentes discursos e narrativas presentes na sociedade.

2. INTERTEXTOS E TRANSMÍDIA

Comunicação e cultura digital são elementos elencados como competência geral na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse compromisso prevê que o estudante de qualquer parte do país seja capaz de usar várias linguagens para interagir, seja gestual, visual, verbal, sonora ou mista; o documento prevê ainda que o aluno deve fazer uso das tecnologias de modo consciente, tanto como receptor ou como produtor de conteúdo digital (BRASIL, Ministérios da Educação, 2018). Para desenvolver tais competências, o professor tem na análise de diálogos textuais e na inserção de novas mídias, um elo presente nas representações cotidianas e que servem para dar significado a um texto.

Na sala de aula, quando o professor propõe a obtenção de significado de dada mensagem, a consideração de outros discursos e narrativas são importantes e, em alguns casos, indispensáveis. Na elaboração de um planejamento de material de análise de uma simples música, por exemplo, pode-se obter referências ou se debruçar sobre modificações; “Homem aranha” do cantor Jorge Vercillo é um exemplo de como a canção bebe na fonte do filme, que já é uma completação de histórias em quadrinhos. Tudo isso também possibilita a exploração de como a narrativa inicial se

conecta em outros canais; a música, o meme, o blog, um perfil em uma rede social, um *podcast*, são ferramentas que conectam ideias e se diversificam em mídias.

No contexto da diversidade da sociedade e conseqüentemente da escola, alguns instrumentos inseridos nos textos podem ampliar seu público que demanda determinado tipo de linguagem, seja pela impossibilidade de utilização de outro código ou até mesmo por estilo de aprendizagem. Um texto em vídeo com legendas e/ou traduções simultâneas é uma maneira de se notar como o uso da linguagem visual inclui pessoas que não podem ouvir no processo comunicativo e também insere aqueles que não dominam o idioma original do que é transmitido na linguagem sonora.

Práticas que envolvem textos e diferentes mídias são comuns no cotidiano das pessoas, as experiências pedagógicas que consideram ferramentas digitais estão em constante produção. Carvalho e Kanashiro (2020) retratam a ação de um projeto por meio da utilização de mídias digitais no ensino de espanhol. Ainda, de modo mais detalhado, em um recorte da dissertação intitulada "Os usos sociais do meme da internet na fanpage de uma escola pública da rede estadual do município de Belo Horizonte", Souza, Barros e Siman (2020, p. 125), relatam ações para análise de um meme postado no Facebook de uma escola pública na capital de Minas Gerais; os autores concluíram que o experimento foi positivo "criando um diálogo entre o momento histórico e a finalidade da produção". Ampliando ainda para o viés de análise textual, tal prática também possibilita a conexão de elementos de sentidos em textos, já que o meme em si é um instrumento de intertextualidade.

Posto isso, a análise dos diálogos transmídia e a compreensão da intertextualidade emergem como ferramentas pedagógicas valiosas no contexto educacional contemporâneo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância da comunicação e cultura digital, incentivando o desenvolvimento de competências que englobam a utilização de diversas linguagens e a conscientização sobre as tecnologias digitais. O professor desempenha um papel crucial ao explorar essas competências, ao analisar diálogos textuais e ao introduzir novas mídias no ambiente de aprendizado. Através dessa abordagem, os alunos podem não apenas obter um entendimento mais profundo das mensagens, mas também aprender a relacionar diferentes discursos e narrativas presentes na sociedade contemporânea. Além disso, ao reconhecer a importância da diversidade na sala de aula, a análise

textual em diferentes mídias pode ser uma maneira de tornar o ensino mais inclusivo, atendendo a diversos públicos e estilos de aprendizagem. Portanto, a exploração dos diálogos entre transmídia e intertextualidade não só enriquece a compreensão textual, mas também promove uma educação mais abrangente e adaptada aos desafios do mundo atual.

3. CONCLUSÃO

O trabalho partiu da conceituação e da análise de elementos que compõem um texto. Essa abordagem considerou diferentes linguagens na elaboração do sentido de uma mensagem e foi aplicada em diferentes plataformas comprovando uma grande circulação digital de intertextualidade. Na análise textual escolar, o professor desempenha um papel crucial ao explorar diálogos textuais e ao introduzir novas mídias no ambiente de aprendizado.

Concluiu-se, portanto, que a intertextualidade e a transmídia estão em correspondência, pois estão em modificação a partir de algum texto já estabelecido e ambas são possibilidades de análise para se explorar a interpretação e compreensão de textos; ambas importantes para a significação de uma mensagem. Logo, com a fusão dos elementos, os alunos podem obter um entendimento mais profundo das mensagens e aprender a relacionar diferentes discursos e narrativas presentes na sociedade.

Dessa forma, a utilização da narrativa transmídia para produção ou análise de intertextualidade emerge como um relevante recurso pedagógico no século XXI, sua abordagem como prática educativa potencializa o alcance de objetivos estabelecidos na tarefa de analisar textos e desenvolver habilidades de interpretação e compreensão textual. Esse uso, pela sua variedade, mostra-se como um campo fértil para novas investigações.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://bncc.mec.gov.br/>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

CARVALHO, Márcio Palácios; KANASHIRO, Daniela Sayuri Kawamoto. **Mídias digitais e produção audiovisual na disciplina de Espanhol como língua estrangeira: uma experiência no ensino médio integrado ao técnico**. Acta Educ. vol.43 Maringá, 2021 Epub 01-Nov-2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v43/2178-5201-aseduc-43-e48026.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

CURY, Maria Zilda Ferreira. **Glossário Ceale**, UFMG, verbetes: Intertextualidade. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/intertextualidad>. Acesso em 07 de setembro de 2023.

SOUZA, Maria Alice de; BARROS, Marcelo Diniz Monteiro de; SIMAN, Lana Mara de Castro. **Meme da internet: uma leitura a partir do conhecimento organizado de mundo**. RE-UNIR, v. 7, nº 1, p. 125-142, 2020. ISSN – 2594-4916. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/5299/3600>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

UMA ABORDAGEM SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO ENTRE A UBER E OS MOTORISTAS DE APLICATIVO

Elizeu da Silva Góis³
e-mail: elizeugois@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem passado por diversas transformações ocasionadas pela inserção das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), pelo desemprego estrutural e pelo surgimento de novas formas flexíveis de contratação. Ascende, nesse contexto, a uberização das relações trabalhistas, isto é, a prestação de serviços por meio de plataformas digitais com arranjos contratuais que se furtam à legislação trabalhista na forma de iniciativas individuais empreendedoras. Junto a isso, propaga-se que o Direito do Trabalho estaria ultrapassado e que seria incapaz de responder às novas relações produtivas, precisando ser modernizado para acomodar, com flexibilidade, novas relações. Neste artigo, busca-se demonstrar as contradições e intencionalidade por trás desse discurso, além de analisar a possibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício na relação jurídica estabelecida entre empresas e trabalhadores de plataformas. Para tanto, a pesquisa realiza-se na modalidade teórica bibliográfica e documental, utilizando-se como fontes, textos doutrinários relevantes para o Direito do Trabalho, as decisões jurisprudenciais e o julgamento do Recurso de Revista nº 100353-02.2017.5.01.0066, da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, o qual aborda a relação estabelecida entre a Uber e seus motoristas.

2. DESENVOLVIMENTO

Na relação estabelecida entre a Uber e seus motoristas, as ações trabalhistas em geral buscam demonstrar, pelo princípio da primazia da realidade sobre a forma, a existência dos pressupostos fático-jurídicos previstos no art. 3º da Consolidação das

³Especialização em Direito Empresarial Aplicado à Era Digital (2021); Docência na Educação Superior (2020); Direito Civil e Processo Civil (2019), todas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); especialização em Gestão de Pessoas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), campus Maringá (2018); especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), campus Londrina (2018). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, campus Maringá (2016), graduando em Licenciatura em Sociologia, pelo Centro Universitário Cidade Verde, UniCV

Leis do Trabalho (CLT). Para tanto, afirmam estarem presentes, no mundo dos fatos, (i) a não eventualidade, que poderia ser reconhecida pela cumprimento de jornada mínima de trabalho sem o que o motorista perde o acesso ao uso do aplicativo; (ii) a onerosidade, já que o motorista recebe contraprestação semanal pelo serviço prestado por intermédio da Uber; (iii) pessoalidade, pela impossibilidade de transferir os trabalhos a outro motorista, sem cadastramento prévio; e (iv) subordinação, pois embora haja um determinado nível de autonomia do motorista, ele deve seguir regras impostas expressamente pela empresa, tais como definição de valor das corridas, impossibilidade de recusa sem a consequente sanção, entre outras.

Por outro lado, a Uber contesta as pretensões dos motoristas, alegando, em síntese, (i) haver eventualidade, já que o motorista pode trabalhar quando quiser; (ii) contraprestação é dada pelos consumidores, não havendo, portanto, onerosidade; (iii) não há pessoalidade, tendo em vista que qualquer pessoa poderia se cadastrar no aplicativo; e (iv) nega a existência de subordinação, considerando a total autonomia na execução dos trabalhos pelos motoristas. (NETO, 2021, p. 42).

No âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no julgamento do RR-1000123.89.2017.5.02.0038 ocorrido em 05/02/20, o Ministro Breno Medeiros da 5ª Turma do TST também afastou o reconhecimento do vínculo de emprego entre um motorista de Guarulhos (SP) e a Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Na ocasião, o ministro entendeu que ficou caracterizado que o motorista tinha a possibilidade de ficar indisponível (*off-line*) sem sofrer quaisquer penalidades, restando configurada a flexibilidade na prestação de serviços e nos horários de trabalho.

Tem-se, portanto, que a questão da normatização dessa atividade está indubitavelmente relacionada ao aspecto político, visto que as sentenças têm sido favoráveis às reivindicações do campo empresarial em detrimento dos trabalhadores. Aclarando esse entendimento, Filgueiras e Cavalcante (2020, p. 37) apontam que o caráter completamente político da regulação é explicitado pelas contradições da lógica elementar expressas na fundamentação de algumas decisões judiciais sobre o vínculo empregatício nas “novas” formas de trabalho, particularmente nas “plataformas”.

Embora, o Poder Judiciário do Brasil também já tenha reconhecido, em algumas oportunidades, o vínculo empregatício entre motorista de aplicativo e a Uber, tais decisões não se sustentam nas instâncias superiores.

Um desses casos foi o Recurso de Revista nº 100353-02.2017.5.01.0066 que chegou até a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e, em abril de 2022, o plenário formou maioria para julgar o recurso de revista dando provimento ao reconhecer o vínculo empregatício. Nesse julgamento, o TST reconheceu o vínculo de emprego entre um motorista de aplicativo e a Uber do Brasil Tecnologia Ltda, sendo, portanto, reconhecido que houve violação ao art. 3º, da CLT. Em outras palavras, ficou reconhecido os elementos que caracterizam a relação de emprego, a saber, a subordinação, não eventualidade, pessoalidade, prestação de trabalho por pessoa humana e a onerosidade.

No entanto, mesmo sendo proferido o reconhecimento do vínculo empregatício, o que se entende como um avanço na proteção dos direitos dos trabalhadores via aplicativo, o processo ainda não findou, uma vez que houve divergência entre os ministros quando o acórdão foi prolatado, o que permite a parte que se sente lesada recorrer dessa decisão.

Não se pode negar os abusos e o desvirtuamento nessa relação entre motoristas de aplicativo e empresa Uber nos últimos tempos, dando azo a uma crescente insatisfação por parte dos motoristas ao constatarem o não reconhecimento de direitos. Espera-se, portanto, que ao final do julgamento, o TST reconheça a eficácia da decisão prolatada, determinando o cumprimento da decisão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na seara do Direito do Trabalho cruzam-se princípios distintos e normas diversas, pautadas em decisões de intensa complexidade, que impactam diretamente nos direitos dos cidadãos e da sociedade.

É fato que as novas tecnologias criaram novas necessidades humanas, novas perspectivas e expectativas de vida para o ser humano, novas dinâmicas laborais, novos mercados e dimensões para o mundo do trabalho.

Barbosa Junior (2019, p. 43) afirma que é inevitável o fato dessas novas tecnologias afetarem os empregos, assim como o de que farão ainda mais no futuro. O trabalho na perspectiva tecnológica alcança grande proteção, no entanto, a dificuldade se faz presente “por conta do aprofundamento da assimetria de forças

entre capital e trabalho, para a qual a retórica do novo adeus à classe trabalhadora tem contribuído fortemente.” (FIGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020, p. 38).

Como demonstrado, é preciso estabelecer medidas protetivas para os trabalhadores de aplicativos, uma vez que “uma mudança na assimilação da narrativa dos empregadores, cujos argumentos e designações sobre a organização da produção e do trabalho no capitalismo atual precisam ser repensados criticamente (FIGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020, p. 38).

Sendo assim, as normas de proteção do trabalho devem se preocupar em se adequar às constantes mudanças da realidade social, na medida em que as formas de organização do trabalho estão, igualmente, em constante mudança.

Por todo o exposto, não se pode esperar que a subordinação jurídica de que trata o art. 3º da CLT possa ser verificada apenas presencialmente. Desta forma, discorda-se das decisões jurisprudenciais que entendem não haver subordinação jurídica na hipótese da relação existente entre a Uber e os motoristas, ditos “parceiros”, de modo que a subordinação, nesse contexto, subsiste, ainda que de forma latente. “O trabalhador supostamente autônomo, mas habitualmente inserido na atividade produtiva alheia, a despeito de ter controle relativo sobre o próprio trabalho, não detém nenhum controle sobre a atividade econômica.” (NETO, 2021, p. 58).

Assim, embora o julgamento da Recurso de Revista nº 100353-02.2017.5.01.0066 tenha reconhecido o vínculo empregatício entre o motorista de aplicativo e a empresa Uber, a decisão não foi unânime, ou seja, houve divergência entre os ministros quando o acórdão foi prolatado, o que permite a parte que se sente lesada recorrer dessa decisão.

Dessa forma, é preciso aguardar a decisão final e verificar se ela contemplará o reconhecimento do vínculo empregatício.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARBOSA JUNIOR, Francisco de Assis. **Gig economy e contrato de emprego: aplicabilidade da legislação trabalhista aos vínculos de trabalho da nova economia.** São Paulo: LTr, 2019. 133 p.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Conflito de Competência nº 164.544 - MG (2019/0079952-0). Segunda Seção. Suscitante: Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Poços de Caldas – MG. Suscitado: Juízo de Direito do Juizado Especial Cível de Poços de Caldas – MG. Relator: Ministro Moura Ribeiro. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201900799520&dt_publicacao=04/09/2019. Acesso em: 5 maio 2022.

BRENO MEDEIROS, B.M. O direito do trabalho evolui na esteira do clamor social. **Justiça & Cidadania**, Rio de Janeiro, n. 253, set. 2021, p. 13-19. Disponível em: https://editorajc.com.br/wp-content/uploads/2021/09/REVISTA-253_.pdf. Acesso em: 6 abr. 2022.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo.** In: Antunes, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0 (Mundo do trabalho)* (p. 13). Boitempo Editorial. Edição do Kindle.

Justiça do Trabalho. **Uber:** Quinta turma afasta reconhecimento de vínculo de emprego de motorista. Brasília, 05 fev. 2020. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/uber-quinta-turma-afasta-reconhecimento-de-vinculo-de-emprego-de-motorista>. Acesso em: 05 mar. 2022.

KALIL, Renan Bernardi. **A regulação do trabalho via plataformas digitais.** São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/476/22293>. Acesso em: 14 abr. 2023.

NETO, Robert Thomé. **Uber e subordinação:** natureza jurídica e efeitos das relações dos trabalhadores com plataforma digital. Londrina, PR: Thoth, 2021. Revista Ciências do Trabalho. FELIX, Gil. **Uber, superexploração do trabalho e o capitalismo de plataforma em contexto de pandemia:** novas e velhas formas de controle e resistência. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/281>. Acesso em: 17 abr. 2022.

FIGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. **O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora.** Princípios, v. 39, n. 159, p. 11-41, 24 ago. 2020.

A PROPAGAÇÃO DA FÉ PELO IMPÉRIO: A FORMAÇÃO DA NOBREZA LETRADA NO SÉCULO XVI EM PORTUGAL E A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Luciana de Araújo Nascimento Guaraldo⁴
prof.lucianaaraujonascimento@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é tratar sobre a reforma da Universidade de Coimbra, ocorrida no reinado de D. João III (1521-1557), atrelada a preparação da elite letrada como meio de expandir o Império pela propagação da fé defendida pela Coroa lusitana. Com Elias (1993 e 1994), interpretamos que a reforma da Universidade e a preparação da elite letrada portuguesa como um dos mecanismos para a centralização do poder do rei e a construção, de forma mais nítida, em Portugal do século XVI, da Sociedade de Corte.

2. DESENVOLVIMENTO

Neste trabalho pretendemos expor um recorte sobre a tese de doutorado que foi defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Na referida pesquisa, procuramos destacar os vínculos entre a reforma da Universidade de Coimbra e as intenções da Coroa lusitana na preparação da elite letrada para atuação nas extensões do Império português do século XVI, regido pelo sistema de Padroado Régio.

Chamamos a atenção, mediante os aportes de Elias (1993 e 1994), para a relação entre a reforma institucional e a propagação da fé católica pelo Império português. Entendemos que a formação de uma elite letrada, com a efetivação da dita reforma, pode ser interpretado como um dos mecanismos reais para a centralização do poder do rei e a construção da Sociedade de Corte em Portugal na décima sexta centúria.

No decurso da pesquisa empreendida percebemos que não poderíamos entender a reforma e a formação dos letrados sem nos atentarmos para o vínculo entre a Universidade, enquanto conjunto de indivíduos, e a cultura religiosa da

⁴Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá/ SEED-PR

sociedade lusitana. Compreendemos que foi essa estrutura cultural que esteve presente nas ações de reforma, a fim de tornar a instituição em um centro de referência na formação daqueles que desempenhariam a conservação e expansão de um modelo específico de sociedade, sociedade que era gerida pelo Padroado Régio.

A produção de Elias (1994) nos ajuda a entender a relação entre indivíduo e sociedade no contexto de Portugal do século XVI. O autor pondera sobre a necessidade de compreender as relações entre os indivíduos e não somente do indivíduo de forma isolada. No que tange ao contexto da reforma da Universidade, quando nos defrontamos com as relações entre os indivíduos, não podemos deixar de referenciar o papel que a religiosidade cristã desempenhou nessas relações (PAIVA, 2012). Diante disso, podemos indagar: Objetivou-se a formação de um novo letrado, mas qual?

Mediante a pesquisa constatamos, com o auxílio da análise documental, que era o letrado que pudesse dar conta das questões que se impunham naquele momento: expansão da fé, defesa do Império, manutenção da ordem vigente que, unia em uma mesma instância o poder régio e o religioso, por meio do sistema de Padroado.

Nesse sentido, destacamos o papel que foi conferido a Universidade em decorrência do Concílio de Trento (1545-1563). Na carta exposta na sequência o monarca solicita da instituição os apontamentos que os representantes do reino de Portugal deveriam levar ao concílio.

Padre Reitor lente e deputados e conselheiros da vniuersidade da cydade de coim^{bra}, Eu elRei vos enuio muito Saudar. O Santo padre tem conuocado conçilio geral na çidade De trento & Segundo parece & os auissos que há, as cousas estam em termos que nam podera atardar muyto. [...] Asy queria que apontase por esta parte todas as neçeSarias Pelo que vos emcomendo muito que em tamanha coussa & em tpo tam neçessario queiraes cuidar & ver bem cõ as pessoas leteradas e vertuosas desa huniuersidade o que vos parecee que em tal lugar & pera Remedio de tamanhos males como aguora ha na xpindade se deue lembrar no cõcillyo [...] *principalmente* parece *que se deve* tractar nelle E asy o que Se deue lembrar de minha parte & de meus Regnõs e Juntamente todas as outras que em particular possam toquar ao bõ gouerno da egreJa destes Regnos & a meu Seruiço e ao bem desta terra e pouos [...].(DOCUMENTOS DE D. JOÃO III, 1938, vol. II, p. 257)

O trecho exposto acima se refere à carta de 13 de julho de 1545 e trata da comunicação da Coroa com a Universidade sobre o início do Concílio de Trento. No documento fica claro o que o rei objetivava dos seus letrados: apontamentos sobre as coisas da fé que deveriam ser levadas à reunião conciliar como a contribuição de Portugal nas decisões que afetariam toda a cristandade.

Pela solicitação do monarca, percebemos como as propostas da Coroa não destoavam daquilo que era defendido pelo Estudo em termos da cultura religiosa cristã, pois o rei fez uso da instituição, dos seus letrados, para expressar aquilo que representa as propostas ou diretrizes do seu Império no concílio (NASCIMENTO-GUARALDO, 2018).

Conjecturamos que para entender o papel que a Universidade de Coimbra exerceu na formação dos quadros letrados do Império é preciso levar em conta às peculiaridades do reino português no que se refere ao seu processo de expansão ultramarina fundada na expansão do cristianismo, pois em última instância, expandir o cristianismo era difundir o poder/domínio da Coroa portuguesa.

Presumimos que os cursos superiores de Artes, Teologia, Direito (Civil e Canônico) e Medicina atuaram como as escolas responsáveis pela preparação dos quadros letrados que o Império precisava. As faculdades assumiram, no contexto do Império, papel fundamental na modelação mental, seja mediante o ensino prestado, seja pela afirmação dos valores do Império no reino e nas regiões de ultramarinas.

Quando pensamos na constituição dos quadros letrados que o Império demandava constatamos o peso que esses formados possuíam no funcionamento da máquina régia, no entrelaçamento entre o poder temporal e espiritual, para a consolidação do sistema de Padroado. Sobre as intenções do rei referente à Universidade como formadora dos letrados podemos constatar duas questões articuladas entre si: a formação dos quadros letrados pode ser relacionada à expansão da fé nos territórios ultramarinos e o enfrentamento das controvérsias religiosas que assolaram a Europa no período.

As explicações de Elias nos ajudam a entender esse movimento. O autor pontua que a procura dos graus acadêmicos esteve relacionada ao desenvolvimento da burocracia do Estado Monárquico (ELIAS, 1993). No caso português esse Estado era organizado pelo sistema de administração do Padroado Régio. Entendemos que a

reforma e a formação que passou a ser propiciada pela Universidade, esteve vinculada às intenções de atender as demandas de centralização do poder do rei em Portugal por meio da expansão da fé católica. Expandir a fé católica significou propagar os valores morais, religiosos e políticos da Coroa lusitana. Em síntese significou dilatar a cultura religiosa que fundamentava o poder do rei no reino e nas possessões do Império.

Além dos apontamentos expostos, ponderamos que só podemos compreender a formação do letrado da Universidade reformada, mediante o contexto cultural da religiosidade cristã do período. O letrado foi o ser social chamado a defender e expandir os princípios da cultura cristã portuguesa, fundamentada pelo sistema do Padroado Régio.

Os apontamentos realizados por Costa (2014), apresenta como hipótese que foi com esse monarca, D. João III, que se tem a construção da Sociedade de Corte em Portugal. A hipótese do autor se relaciona à interpretação que é dada a uma série de fatos ocorridos nesse reinado que expressam, em última instância, a necessidade do rei em centralizar mais o poder da Coroa regida pelo Padroado Régio. Como exemplo dessa situação podemos citar: a reforma da Universidade de Coimbra, fundação do Colégio das Artes, instituição da Inquisição e presença da Companhia de Jesus

Costa (2014), propõe que o rei não conseguiria realizar esse processo de centralização sozinho, pois ele precisava, de acordo com a teoria das relações de interdependências humanas proposta por Elias (1993), do apoio das duas classes.

3. CONCLUSÃO

A guisa de conclusão, foi nossa intenção neste texto, vincularmos a reforma da Universidade e a formação dos letrados as necessidades da Coroa portuguesa em qualificar um grupo de indivíduos para atender as exigências que a administração imperial do Padroado. Essa administração demandou tanto a manutenção dos mecanismos de controle do absolutismo régio, em que a Coroa exerce o monopólio da força e do tributo, como também, como exigia a conformação/conservação dos ideais culturais cristãos (NASCIMENTO-GUARALDO, 2018). A conformação/conservação dos ideais culturais defendidos pela Coroa portuguesa,

presumimos, foi desempenhada pelos letrados da Universidade reformada mediante ao discurso de propagação da fé pelo Império Lusitano do século XVI.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Célio Juvenal. **O rei D. João III (1521-1557) e a construção da Sociedade de Corte em Portugal** (2014). Disponível em: www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/.../Celio_Juvenal_Costa.pdf Acesso em: 15. abr. 2015.

DOCUMENTOS DE D. JOÃO III. Volume II. Publicado por Mário Brandão. Coimbra, 1938.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Vol. 2. Tradução: Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michel Schroter. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

NASCIMENTO-GUARALDO, Luciana de Araújo. **A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NO REINADO DE D. JOÃO III NA SUA RELAÇÃO COM A EXPANSÃO DA FÉ CATÓLICA**. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

ALTERIDADE E RESPEITO: DESAFIOS PARA O CRISTIANISMO TRANSMODERNO

Jonas Brustulin Ramos⁵
jonasbramos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO:

Na contemporaneidade, é possível observar, por meio do noticiário na Internet e televisão, diversas ações de violência contra religiões não-hegemônicas no Brasil. Os dados atualizados no início de 2023 pelo “II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe” apontam um aumento de 447 no ano de 2019 para 966 no ano de 2021 nas denúncias de intolerância religiosa recebidas no Disque 100 (SANTOS; DIAS; SANTOS, 2023). Ainda no mesmo relatório, os perpetradores em sua maioria são identificados como religiosos evangélicos, enquanto a maioria das vítimas professam sua fé em alguma religião de matriz africana.

A prática violenta parece destoar do discurso central do cristianismo, apontado por Jesus no amor ao próximo (Mateus 22:37-39), bem como no relacionamento interpessoal de Jesus com pessoas de práticas e culturas distintas (João 4; Lucas 5), incidindo inclusive em outras passagens do texto bíblico que conectam com o respeito ao Outro (Salmos 82; 119; Zacarias 7). Em contraste, setores do cristianismo parecem embasar as práticas violentas a partir da Bíblia. Essa leitura é percebida em diversos textos do Antigo Testamento (Êxodo 23;24;32; Números 25; Deuteronômio 7 e outros). O desafio do respeito e alteridade se torna mais complexo diante da leitura de textos sagrados a partir da perspectiva literal e descompromissada com os aspectos socioculturais e históricos da Bíblia.

A composição e interpretação da Bíblia receberam influência colonialista e imperialista desde o período antigo de Israel (DIETRICH, 2014); o mesmo pode-se dizer a respeito das traduções posteriores (RIBEIRO, 2004). A percepção de divino e

⁵Gestor de processos, Teólogo; Especialista em Leitura e Interpretação da Bíblia; Pós-graduado em Gestão de Negócios e Marketing, Metodologia do Ensino de Arte; Estudos Bíblicos no Antigo Testamento; Mestrando na área de Teologia e Espaços Públicos pela Faculdade Teológica Sul Americana – FTSA; Tutor educacional no UniCV; Professor Mediador na UniCesumar.

sagrado na contemporaneidade é permeada por tal influência, o que pode vir a criar barreiras no desenvolvimento do respeito e da alteridade em relação às religiões não-hegemônicas.

A religiosidade deu fundamentação para a dominação colonialista do continente americano (NOGUEIRA,2020). A própria concepção de Deus trazido nas caravelas anuncia o confronto mediante imposição, subjugação e destruição da imagem do Outro e sua espiritualidade (GONÇALVES, 2021). O uso da religião e da Bíblia na contemporaneidade continua a exercer influência na vida cotidiana. Assim como a autorização papal medieval para o exercício da colonização e escravidão, atualmente setores do cristianismo fazem uso de interpretações e teologias de dominação para validar a violência contra o Outro. Trata-se de um problema histórico que tem influências imperialistas e colonialistas para dominação territorial e política.

2. A INFLUÊNCIA COLONIALISTA COMO OBSTÁCULO PARA A ALTERIDADE E RESPEITO NO CRISTIANISMO TRANSMODERNO

O cristianismo, que em seu início foi perseguido e martirizado, tempos depois, teve seu status elevado à religião oficial do estado romano.

Depois da vitória de Constantino, ao redor do ano 330 dC, o Império Romano retira a proibição ao cristianismo, que passa a ser incluído na lista das “religiões lícitas”. E pouco mais adiante, no final do 4º século, uma versão do cristianismo é elevada a religião oficial do Império Romano, que de religião proibida passa a ser religião obrigatória (DIETRICH, 2014, p. 12).

Essa associação entre religião e Estado gerou uma sensação de reconhecimento divino, acompanhada de cargos políticos e pompa. No entanto, essa simbiose também resultou na perseguição de qualquer forma de divergência de pensamento, tanto no catolicismo quanto no protestantismo, ao longo da Idade Média.

A raiz desse problema encontra-se no colonialismo e na colonialidade, que justificam a dominação e a inferiorização dos povos colonizados.

O colonialismo é estabelecido em parte ao explicar para aqueles que vivem na metrópole a ideia de que é correto e conveniente governar outros povos e fazer com que os colonizados aceitem seu status de

inferioridade na ordem colonial das coisas - um processo que pode ser denominado de 'colonizando a mente' (REAL, 2021, p.48).

Sob influência colonialista, faz-se uso da Bíblia enquanto texto sagrado para legitimar ações de intolerância e violência (DIETRICH, 2018). A prática intolerante é repetida, ensinada e formalizada nas comunidades de fé através de dogmatização dominadoras.

É do senso comum que o cristianismo entendido como a “única religião verdadeira” e certos usos da Bíblia, entendida e muitas vezes imposta como “A Palavra de Deus”, como livro “revelado” e ou “inspirado”, tiveram e ainda têm um papel importante nos processos de colonização e legitimação da “hegemonia política, econômica e cultural europeia e ocidental” sobre o “sul” do mundo (DIETRICH, 2018, p. 20).

A doutrina da inspiração das escrituras muitas vezes é usada como subterfúgio para legitimar a dominação do Outro, seja por dissidência ideológica, diversidade espiritualista ou diferenças raciais, este último pode ser notado na construção de um divino com fenótipos europeus, algo muito comum nos séculos XIV e XX enquanto diabo era descrito como um sujeito negro com rabo e chifres (DUBE, 1997). Na contemporaneidade, percebe-se essa influência colonialista na caracterização do Outro enquanto figura demonizada nas roupas, na raça ou no culto de religiões não-hegemônicas.

A teologia de dominação advinda da influência colonialista está entre os fatores principais que forjaram a mentalidade eurocêntrica do cristianismo ao longo dos séculos (DUSSEL, 2002).

Toda teologia se torna “teologia da dominação” quando expressa teoricamente, na racionalidade teológica, os interesses da classe dominante de uma nação opressora. Esta “teologia da dominação” tem uma lógica altamente coerente no seu discurso. Em primeiro lugar, o sistema, a totalidade (a “carne”, *basar* em hebraico), é “fetichizado”, totalizado, auto interpretado como absoluto, último, diante do qual a utopia de um sistema posterior e é melhor julgado como o demoníaco, o ilegítimo, o ateu. (DUSSEL, 1979, p. 500, tradução nossa.)

Assim, essas construções teológicas continuam a dificultar a compreensão e valorização das culturas e religiões não-hegemônicas, impedindo iniciativas de alteridade e respeito às espiritualidades diversas.

3. A BUSCA PELA ALTERIDADE E RESPEITO NO CRISTIANISMO TRANSMODERNO

Para avançar em direção ao respeito e à alteridade, é essencial considerar a Regra de Ouro presente nas principais tradições religiosas. Faça aos outros o que gostaria que fizessem a você, presente nas maiores tradições religiosas (COFNAS, 2022). No entanto, a ética da alteridade, conforme proposta por Emmanuel Lévinas, vai além da mera reciprocidade, enfatizando a responsabilidade do indivíduo em relação ao Outro (LÉVINAS, 1993).

Emmanuel Lévinas, argumenta que o respeito ao outro é fundamental para a moralidade e a espiritualidade:

É preciso pensar o homem a partir da condição – ou incondição – de refém. Refém de todos os outros que, precisamente outros, não pertencem ao mesmo gênero ao qual pertencço, pois eu sou responsável por eles, sem me repousar sobre a responsabilidade deles para comigo, o que lhes permitiria substituir-se a mim, pois até de sua responsabilidade eu sou, finalmente e desde o início, responsável (LÉVINAS, 1993, p. 106)

O autor constrói um argumento de alteridade enquanto ética da responsabilidade, aprofundando o compromisso com o Outro.

A transmodernidade, cunhada por Dussel, não considera concepções da modernidade ou pós-modernidade, haja vista que estas procedem de construções eurocentradas, nem sempre plenamente aplicáveis no mundo dos dois terços (DUSSEL, 2002). Dessa forma, conceitos, concepções e construções até então suprimidas pelo colonialismo, agora ressurgem.

A futura “trans”modernidade será multicultural, versátil, híbrida, pós-colonial, pluralista, tolerante e democrática (mas para além da moderna democracia liberal do Estado europeu). Terá esplêndidas tradições milenares e respeitará a exterioridade e as identidades heterogêneas (DUSSEL, 2002, p.236).

A alteridade cultural a partir do Sul-global precisa desenvolver um universo pluralista transmoderno, com subjetividades e percepções diversas, multiculturais, que entre as mais distintas influências e originalidades é capaz de manter o diálogo intercultural crítico, apropriar-se, reconstruir-se, ressignificar e construir caminhos para a mútua existência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respeito e a alteridade às religiões não-hegemônicas são desafios que apontam a necessidade de autocrítica e reconstrução para o cristianismo contemporâneo. Há que se despir de construções conceituais impostas pela religiosidade colonialista. A pluralidade presente no Sul-global é o que constitui nossa identidade, e o bom convívio só é possível mediante a adoção do respeito e a da alteridade. Retomando Lévinas, o desafio é buscar a harmonia sem o desejo de reciprocidade, mas por uma ética responsável em relação ao Outro.

Para o cristianismo, religião hegemônica no contexto brasileiro e latino-americano, é preciso revisar doutrinas fundamentais como a inspiração das escrituras, bem como os métodos interpretativos que fundamentam as demais sistematizações teológicas, para isso é preciso levar em consideração aspectos socioculturais e históricos que influenciaram os escritores do texto bíblico. O caminho contrário fugiria do discurso do próprio Jesus Cristo e suas práticas na terra, que visavam subverter a dominação imperialista e transformar a sociedade, em detrimento da criação de teologias de dominação de outros povos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COFNAS, Nathan. The Golden Rule: A Naturalistic Perspective. **Utilitas**. n. 34, p.262–274, 2022.

DIETRICH, L. J. A descolonização da Bíblia, da “Palavra de Deus”. **ReBiblica**, v. 1, n. 1, p. 19-37, jan.-jun. 2018

_____. Monoteísmo, diversidades e Direitos Humanos. **Revista Pistis&Praxis**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 773–794, 2014. DOI: 10.7213/revistapistispraxis.06.003.ds02. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/2758>. Acesso em: 8 nov. 2023.

DUBE, Musa W. Toward a post-colonial feminist interpretation of the Bible. **Semeia**; p. 11-26, 1997.

DUSSEL, Enrique. La cristiandad moderna ante el otro. **Concilium. Revista internacional de teología**. Nº 150 P. 498-506, 1979.

_____. World-System and “Trans”-Modernity. **Neplanta: views from south** 3.2. Duke University Press, p.221-224, 2002.

_____. “Transmodernidad e interculturalidad (Interpretación desde la Filosofía de la Liberación)”. **Erasmus**, V.5, nº 1-2, p. 65-102, 2003.

GONÇALVES, Alonso. **Revelação e Decolonialidade**. São Paulo: Recriar, 2021
LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Entre nós. Ensaio sobre a alteridade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes. 2005

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa** [livro eletrônico]. -- São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

REAL, Eduardo de Oliveira Soares. A TEORIA PÓS-COLONIAL NA AMÉRICA LATINA. **Razão e Fé** , [S. l.], v. 23, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rrf/article/view/3170>. Acesso em: 2 jan. 2024.

RIBEIRO, Susie Helena. Elementos para a historiografia da tradução da Bíblia em Língua Portuguesa. **Revista Teológica Prática - FATE**. Belo horizonte, v. 2, n.4, p. 25-50, 2ª sem. 2004.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos; DIAS, Bruno Bonsanto; SANTOS, Luan Costa Ivanir dos. **II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe**. 1. Ed. – Rio de Janeiro; CEAP, 2023.

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: UM OLHAR PARA A AMÉRICA PORTUGUESA

Luciana de Araújo Nascimento Guaraldo⁶
prof.lucianaaraujonascimento@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo é a reforma da Universidade de Coimbra no século XVI na sua relação com a formação de letrados para atuação em toda a extensão do Império Português. Pretendemos problematizar algumas questões relativas às raízes da história da educação brasileira no século XVI a luz de documentos da Coroa lusitana para com está instituição de ensino.

Nossas reflexões pretendem colaborar com pesquisas sobre as instituições educativas do Império português, com destaque para os processos de educação sistematizadas ocorridos na América Portuguesa. A ênfase refere-se ao papel conferido à Universidade de Coimbra enquanto instituição responsável pela formação dos quadros dirigentes do governo e da sociedade lusitana, tanto no reino como das possessões de além-mar.

O estudo que ora apresentamos foi afeito a matriz cultural, na tentativa de compreender como a reforma da Universidade se vincula aos objetivos da religião. Com essa escolha metodológica não queremos afirmar, ou sobrepor, a cultura religiosa como origem de todos os gestos sociais, de toda a realidade da sociedade daquele momento, mas a consideramos um elemento chave para compreendermos a sociedade que era organizada por meio Padroado Régio. Tendo como procedimento a pesquisa documental no decorrer do texto apresentamos e problematizamos um documento que pode colaborar de forma bastante explícita no entendimento de formação humana que se pretendia naquele momento histórico e por qual razão o papel desenvolvido pela Universidade de Coimbra pode ser relacionado para além do reino português, interligando-se as questões do Império, inclusive da América Portuguesa.

⁶Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá/ SEED-PR

2. DESENVOLVIMENTO

Nossa atenção se volta para o padrão cultural e religioso europeu que se configurou com a permanência espacial e temporal dos missionários e portugueses nas terras brasílicas a partir de 1530. Tanto por meio da ação dos religiosos, como dos portugueses aqui instalados, foram perpetrados alguns padrões culturais que antes não faziam parte do contexto no qual estavam inseridos os naturais das terras até então desconhecidas. Esses padrões estavam fundamentos no modo de ser e agir do europeu português do século XVI: católico, apostólico e romano.

Destacamos dessa conjuntura o papel da cultura religiosa portuguesa que caracterizou a forma de ser e pensar do homem no referido período.

Com as ponderações exposta por Paiva (2007, p.11), podemos entender os fundamentos religiosos da cultura portuguesa na seguinte afirmação de D. João III (1521-1557): “[...] a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica...”. Paiva (2007), explica que esse trecho da carta é objetivo e simboliza como a função exercida pelo rei era entendida pela sociedade do século XVI: “[...] o cuidado da religião é, em toda sua extensão, ofício do rei. Ele afirma, ele o reconhece e ele o provê”.

Nesse contexto, o cuidado da fé e da religião não era restrita aos espaços da Igreja, nem poderia por conta da configuração do Padroado Régio. Das coisas da fé cuidava o rei, pois sua função era cuidar das supostas coisas de Deus.

A educação oferecida aos colonos, à conversão dos povos que aqui viviam e até mesmo a direção de algumas funções relacionadas ao governo administrativo da América portuguesa foram mediadas pela ação dos missionários jesuítas e bacharéis formados, não somente nos colégios que aqui existiam, mas também nas faculdades da Universidade de Coimbra.

Aliás, era a cidade de Coimbra, por conta de sua instituição universitária, considerada o centro de referência na formação dos quadros dirigentes do Império, da elite letrada imperial. Diversos membros da Companhia de Jesus nela receberam seus graus acadêmicos para posterior ação pastoral nas possessões portuguesas de além-mar.

Enfatizamos, nesse sentido, o papel exercido pela Universidade de Coimbra, que depois de 1537, após reforma empreendida pela Coroa portuguesa, governada por D. João III, passou a ser centro de referência na formação religiosa, científica e cultural do Império lusitano.

Mediante estudos anteriores, percebemos que a Universidade sofreu uma profunda reforma dirigida pela Coroa lusitana, com o objetivo de torná-la referência na formação dos missionários e dos dirigentes reais para atuarem em todo o Império português, inclusive no Brasil, por meio das ações de evangelização, catequização e administração tanto dos colonos, como dos indígenas.

Anísio Teixeira (1989), ao realizar uma análise da evolução do Ensino Superior no Brasil até a data de 1969, pontua que a Universidade de Coimbra foi à única instituição portuguesa de ensino superior, com quadro completo de todas as faculdades, não somente nos três séculos da Colônia, mas também no início do Império, pois até “os começos do século XIX, a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros depois dos cursos no Brasil nos reais colégios dos jesuítas” (TEIXEIRA, 1989, p. 65).

Por meio da análise documental de cartas enviadas pela Coroa a Universidade objetivamos apresentar ao leitor um documento que exemplifica um conjunto vasto de cartas em que podemos perceber quais as relações estabelecidas entre o poder real e a Universidade no sentido de reformá-la no século XVI e torná-la centro de formação dos letrados do Império.

Destacamos a carta enviada por D. João III ao Sumo Pontífice, a fim obter a anexação das rendas pertencentes ao Priorado-Mor do Mosteiro de Santa Cruz à Universidade de Coimbra.

Meu Santíssimo etc. por que para a conservação e aumento da fé católica e bom governo espiritual e temporal em meus reinos e senhorios é necessário haver muitos letrados e pessoas doutas assim para o bom governo espiritual e temporal deles como para poderem ir e serem enviados as partes da Índia e de Goa e do Brasil e outros de meus senhorios e conquista a pregar e ensinar aos novamente convertidos a fé de nosso Senhor Jesus e assim pregar aos gentios e infiéis das ditas partes para que se converta a nossa Santa fé católica de que se seguira grande serviço de Deus ordenei fazer Universidade e Estudos Gerais na cidade de Coimbra para os quais fiz vir muitos de muitas partes de outras universidades e partes de fora de meus reinos mestres e doutores [...] Pelo que peço a vosso Santíssimo por mercê

que havendo respeito a essa obra ser de tão grande serviço de Deus e tão proveitosa para a Republica eclesiástica e secular desses reinos e senhorios me queira fazer mercê de anexar a Universidade as ditas rendas e direitos do dito priorado de Santa Cruz [...] (DOCUMENTOS DE D. JOÃO III, 1938, vol. II, p. 229 e 230).

Queremos destacar do documento acima as justificativas expostas pelo monarca na solicitação ao Papa. A carta foi enviada a Paulo III, em 16 de setembro de 1546, por D. João III, com o objetivo de convencer o Pontífice da importância de tais rendimentos às finanças do Estudo. Presumimos que o ponto central em que incide esta comunicação entre o rei o Papa, não se relaciona apenas à anexação das rendas do referido Mosteiro às finanças Universidade, mas sim às ações da Coroa para com o Estudo no governo de D. João III e os objetivos desse empreendimento para as terras de além-mar lusitanas, a “República eclesiástica e secular desses reinos e senhorios”, incluindo aí as possessões brasílicas.

Ao analisarmos o documento, observamos a relevância desse momento tanto para a história da cultura portuguesa, e nela a Universidade, como para as raízes da história da educação brasileira, já que foi nessa instituição que se formaram não apenas parte dos membros da elite dirigente do Brasil durante a vigência da América portuguesa, mas também muitos dos missionários, inclusive jesuítas, que atuaram na educação colonial do dito momento.

Neste documento ficou registrado que todas as diretrizes colocadas em prática para com a Universidade em Coimbra estão articuladas a um contexto maior, que circunscreve não apenas o Império lusitano, mas também as problemáticas religiosas e civis do século XVI. Ora, é essa a interpretação que fazemos quando o rei afirma que, pela necessidade de conservação e aumento da fé católica em seus reinos, era preciso haver letrados tanto no plano espiritual como no temporal, a fim de que pudessem ser enviados aos diversos territórios ultramarinos do Império português como, por exemplo, ao Brasil, para pregar, converter e ensinar os gentios e infiéis à fé, os costumes e conceitos do europeu católico português do século XVI.

3. CONCLUSÃO

A guisa de conclusão gostaríamos de enfatizar o papel desempenhado pela Universidade de Coimbra na sua relação com as questões do Império português do

século XVI. Entendemos que as ações empreendidas no governo de D. João III, para com essa instituição, podem ser vinculadas aos objetivos de torná-la centro de referência na formação dos letrados do Império, para a propagação dos valores e costumes do português do século XVI para as terras de além-mar e, inclusive, para a América portuguesa.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS DE D. JOÃO III. Volume II. Publicado por Mário Brandão. Coimbra, 1938.

NASCIMENTO, L. de A. **Universidade de Coimbra (1290-1559):** origens, transferências, percalços, reformas e consolidação. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

NASCIMENTO-GUARALDO, Luciana de Araújo. **A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NO REINADO DE D. JOÃO III NA SUA RELAÇÃO COM A EXPANSÃO DA FÉ CATÓLICA.** Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

PAIVA, J. Religiosidade e cultura brasileira século XVI. In: ASSUNÇÃO, P; BITTAR, M; PAIVA, J. (Org.). **Educação, história e cultura no Brasil Colônia.** São Paulo: Arké, 2007.

TEIXEIRA, A. Ensino **superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

O SAGRADO A PARTIR DA EPISTEME FEMININA

Telma Costa⁷
tekaapsilva@gmail.com

Eduardo Sales de Lima⁸
prof_eduardolima@unicv.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Nos estudos orientais, deve-se aprofundar em relação aos aspectos divinos da sua mitologia. Isso, por causa de sua influência nas tradições até nossos dias, configurando a religião e a sociedade, o que se verifica pelos ritos religiosos e pela transmissão oral e escrita de práticas, conceitos e experiências com o sagrado. Essa concepção pode ser observada no judaísmo (RUSSELL, 2015), mas também em outros povos (LE GOFF, 1990). Sendo assim, o estudo superficial ou enviesado sobre o tema, pode comprometer o sentido dos símbolos sagrados, favorecer ideologias de controle, e cooperar com a manutenção de estereótipos e preconceitos.

Podemos observar que as regras talmúdicas, determinavam que a mulher era posse do homem a partir do casamento, e que o divórcio era um direito masculino, que doava à mulher a sua “liberdade”. Segundo a *Mishná*, livro que apresenta as regras do Talmud, a passagem acima sugere que o divórcio da mulher pelo marido se assemelha a alforria de um escravo por um senhor, através de um documento que legitima a sua liberdade a partir da liberação da sua posse (HAUPTMAN, 1996). Logo, pode-se identificar a tendência ao favorecimento masculino como a manifestação do desejo de uma classe elitista e controladora, que investiu na criação de uma tradição para controle social.

Há uma lenda judaica chamada “os descendentes de Adão e Lilith”, sobre a decisão de Adão de que as mulheres deveriam se manter casadas. Nesta narrativa, quando as esposas de Lameque conhecem essa decisão, zombam de Adão dizendo:

⁷Acadêmica de Licenciatura em História, Universidade Cidade Verde – UNICV

⁸Orientador, Doutor, Departamento de Humanidades, UniCV, Pesquisador

“Oh médico cure a sua própria claudicação!”, aludindo ao fato de que ele próprio vivia separado de sua esposa depois da morte de Abel (GINZBERG, 1901, pg. 46). Adão e Lilith são personagens da mitologia suméria, assimilados e adaptados em diversas narrativas que assumiram um papel epistêmico na cultura judaica e influenciaram outros povos.

Para os escritores do Talmud, Lilith tinha a aparência de uma mulher com asas, e aquela que desse à luz a uma Lilith se tornaria impura após o parto, uma maneira de afirmar que o parto de um feto alado com rosto humano era viável perante os sábios (STEINSALTZ, 2010). Conforme os cantos sumérios, Ninsikila era a deusa representada com asas (ETCSL, 1998). Sua abominação, de acordo com os escritores do Talmud, foi tomar a decisão de se divorciar do deus Enki, pois como demonstrado anteriormente, o divórcio deveria ser um direito do homem. Ninsikila se divorciou do deus Enki, assim como Lilith de Adão, ambas exigiam ser tratadas como iguais.

Mulheres independentes e poderosas também podiam ser chamadas por Lilith pelos judeus, como a rainha de Sabá (GINZBERG, 1998). Isso demonstra a caracterização do aspecto demoníaco da deusa, de acordo com a narrativa masculina, em relação ao sagrado feminino.

2. O QUE ERAM OS DEMÔNIOS PARA OS SUMÉRIOS

Há muitas referências sobre os demônios nos textos sumérios intitulados *Dumuzi e Gestinana* e *A Descida de Inana ao Submundo* (ETCSL, 1998). Em *Dumuzi e Gestinana*, a deusa decifra o sonho de seu irmão Dumuzi e o alerta sobre os demônios do submundo. Numa emboscada armada por seu irmão, o deus é perseguido, não resiste e é levado morto pelos demônios. No canto *A Descida de Inana ao Submundo*, a deusa Inana, que perde seu noivo, se desespera e vai procurá-lo no mundo inferior. A descrição do submundo é feita sob a perspectiva do autor do canto, que detalha as características das pessoas que viviam lá como inferiores, pois, não possuíam instrução, não sabiam assar o cordeiro ao vinho, não usavam roupas de linho, e seus cabelos eram emaranhados, além disso, “não possuíam pais ou

filhos”, o que, de acordo com a definição acima, significa que o sentido de “família” não seria cultivado, eram considerados pobres e incultos, e ainda não praticavam libação aos deuses. A deusa Inana, para os sumérios, Ishtar para os acádios, acreditava que a esse povo, considerado inferior, caberia a salvação. Após morrer pendurada num gancho, ela ressuscita ao terceiro dia e se senta no trono que era de sua meia irmã, Erishkigala. Assim, ela conquista o poder de dividir o trono e governar o submundo, levando a salvação para todos.

Para respaldar essa visão que os sumérios tinham sobre os demônios, uma tabuleta babilônica com a inscrição em cuneiforme de um exorcismo sobre uma doença, apresenta a figura de um ser zoomórfico, muito magro e com braços muito longos, o que seria a descrição de um antigo demônio (FINKEL, 2011). Sua aparência, que expressa a figura de um animal, se assemelha a de um personagem presente no canto sumério, “O Casamento de Martu”, texto escrito em cuneiforme, em que o mesmo se descreve com pés e mãos de macaco, um ser zoomórfico. Ele, me refiro ao personagem Martu, se sente rejeitado por sua aparência. Martu não possui casa de barro pois vive nas montanhas, em tendas ou cavernas, e não é possuidor de terras, já que trabalha em troca de ração (ETCSL, 1998). Já, a tabuleta suméria registrada no Museu Britânico como, Fig. 5 – BM 47817 (FINKEL, 2011), relata a maneira correta para dissipar um fantasma, e apresenta um ser humano amarrado aos pulsos sendo guiado por uma corda pelas mãos de um mestre.

Nesse contexto, afirmam os autores Irving Finkel, filólogo e assiriologista, e J.M Geller, professor dedicado aos estudos da medicina na Babilônia (2007): “entendemos que a bruxaria estaria envolvida com a ansiedade causada pela convivência social”.

Já, o psicólogo Sicuteri, analisa que o mito de Lilith representa certamente o arquétipo da relação homem e mulher, ao nível mais primitivo no sentido evolucionista, e questiona o surgimento de sua versão demoníaca: “...é Lilith o produto simbólico de uma distração formidável do Deus hebraico? E continua: “Lilith está pois – na versão jeovística – mais próxima do protótipo natural da mulher do que Eva. Mas isso é exatamente o que os hebraicos refutam a partir da opressão.

3. DIVINDADES DEMONÍACAS

Ao se mudar para uma cidade sem irrigação, ou estrutura para a elevação de uma sociedade organizada, a deusa se sente impedida de exercer suas funções, o que a leva a um estado de aprisionamento mental e depressivo, ao qual percebe que precisa de ajuda.

O estado depressivo da Deusa pode ser reconhecido pelo número sete. Ninmah teve sete filhas com o Deus Enki, e cada uma de suas filhas representava uma forma de abuso proporcionado pelo Deus (ETCSL, 1998). Já, a Deusa Inana, ultrapassou sete portais em luto por seu noivo Dumuzi no submundo, e a cada portal suas vestes eram despojadas e seus pertences retirados (ETCSL, 1998). Muito provavelmente esse padrão numérico é representativo das fases de um estado mental.

Nessa fase de sua vida, ela é representada com laços nas mãos, pés e asas de coruja, e é colocada ao lado de leões. Seu nome então, passa a ser Ninsikila, conforme o canto *Enki e Ninmah* (ETCSL, 1998). Sua função era a de atormentar, seduzir e matar violentamente, tanto as crianças no ventre quanto atormentar homens de todas as idades, tal qual Lilith.

A partir desse fato, tudo o que está relacionado a deusa e ao gênero feminino passa a ser demonizado. Sicuteri, ao averiguar os textos hebraicos, chama a atenção para o fato de que Lilith e Eva são faces de um único personagem, como se Adão superasse o trágico relacionamento com o que foi considerado maligno. A deusa é reduzida a mulher comum e disponível, criada para servir e atender às expectativas de seu marido ao se tornar Eva.

3. CONCLUSÃO

Os sumérios descrevem duas formas demoníacas, uma deriva de seres considerados inferiores, sem instrução, e sua forma demoníaca descrita sugere que esses demônios causassem problemas de convívio social, tratados com poções para expurgar o mal do corpo. Já, a segunda forma demoníaca derivaria de seres

mitológicos divinos que apresentariam sintomas de depressão, luto e atormentação mental, e seriam tratados conforme a tabuleta, Fig. 5 – BM 47817 (FINKEL, 2011), que descreve um ritual com função relacionada ao que é psíquico. A função de Lilith segundo os escritores das lendas judaicas era o de assassinar o bebê no ventre da mãe, o que claramente representa um aborto, e, atormentar os homens causando-lhes problemas relacionados a libido masculina e impotência sexual. A atormentação causada aos homens, referente a impotência sexual, não era tratada com poções, mas sim com amuletos, e rituais de continentes psíquicos, usados como fator de transformação e contenção de estresse. Sendo assim, embora os autores citados, Finkel, Campbell, e Sicuteri, tenham sido críticos ao posicionamento dos escritores do Talmud em relação a personagem em questão, alguns aspectos relacionados a Ninmah como Ninsikila em sua representação demoníaca, que é Lilith, devem ser repensadas, devido a incompatibilidade com os textos sumérios que nos apresentam tais personagens em sua origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NEUMAN, E. **A Grande Mãe – Um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente**. Edição 9. São Paulo: Editora Cultrix LTDA, 1999.

Black, J.A., Cunningham, G., Ebeling, J., Flückiger-Hawker, E., Robson, E., Taylor, J., and Zólyomi, G., *The ElectronicText Corpus of Sumerian Literature*. Disponível em: <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/>, Oxford 1998–2006. Acesso em 13 de nov. 2023.

SICUTERI, R. **Lilith Lua Negra**. São Paulo: Editora Cultrix LTDA, 2023.

HAUPTAMAN J. **Rereading the Rabbis; A Woman's Voice**. Edição revisada. Colorado: Editora Westview Press, 1998.

CAMPBELL, J. **Deusas: Os Mistérios do Divino Feminino**. Edição 2. São Paulo: Palas Athena, 2017.

FINKEL, I. L. **Drawings on Tablets**. London, The British Museum, 2011. Disponível em: <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:185994163>. Acesso em 13 nov. 2023.

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Edição Brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

LOVATO, F. A Historicidade da Narrativa Patriarcal de José (Gênesis 37-50) à Luz do Contexto Histórico-Cultural Egípcio. **Colloquium – Revista Multidisciplinar de Teologia**. Vol.07. Ceará, 2022.

GINZBERG, L. **As Lendas dos Judeus**. Maryland: Editora The Johns Hopkins University, 1998.

STEINSALTZ, A. **The Essential Talmud: An Introduction**. Jeruzalém, Israel: Editora: Maggid, 2010.

TEOLOGIA CRISTÃ E PSICOLOGIA: UMA DIALÉTICA NECESSÁRIA PARA OS NOSSOS DIAS

Marlon Ferreira Figueiredo⁹
E-mail: pr.marlonfigueiredo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A teologia cristã e psicologia compreendem um grande espaço dos saberes humanos e são capazes de gerar reflexões importantes no universo acadêmico, utilizando-se de seus pressupostos.

As denominadas áreas do saber, teologia cristã e psicologia, debruçam sobre seus objetos de trabalho, contudo, mesmo que haja objetos próprios, na área do academicismo a dialética se torna cada vez mais necessária.

Este artigo visa apontar a importância da dialética entre a teologia cristã e a psicologia em nossos dias. Tal temática é escolhida pois há de fato uma urgência entre essa dialética, estamos diante de um grande aparecimento de adoecidos que têm depositado suas dores e comportamentos no universo religioso. Para isso, o trabalho contará com uma pesquisa bibliográfica que aborde os conceitos apresentados.

2. DESENVOLVIMENTO

O termo “dialética” é de origem grega. O prefixo “*dia*” aponta para a ideia de reciprocidade ou de troca: *dialegein* é trocar razões ou formas de pensamento, conversar ou discutir. Neste sentido surge substantivo *dialectike*, a arte da discussão (FOULQUIÉ, Paul, 1979, p.9)

A dialética fora utilizada por Sócrates que junto com seus alunos a tinha como método de ensino que chamava de maiêutica, onde por conta das contradições do pensamento provocava em seus discípulos a eclosão do conhecimento.

A dialética surge numa relação que muito nos interessa, pois gera um profundo embasamento nos conceitos da teologia cristã e da psicologia.

⁹Mestrando em teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA).

Atualmente, as duas áreas de conhecimento têm influenciado o contexto social em nosso país. A teologia desde os primórdios tem sido empreendida numa relação do sagrado e seus ritos onde muitos brasileiros carregam seus dogmas ou doutrinas. Da mesma forma empreende-se a psicologia no enfrentamento das dores, conflitos dos mais variados universos do sofrimento. Desta forma, tem-se uma suposta “teologia” e uma aparente “psicologia” que se originam das vivências religiosas e das inquietações das pessoas.

Não apenas nos restringimos o olhar num ambiente vivencial, mas também, apontamos para o próprio saber do ambiente acadêmico, onde se perfaz o diálogo entre religião e ciência. Desta forma, destaca-se duas áreas do conhecimento formal e institucional: a teologia cristã e a psicologia.

Ambas as áreas estão muito presentes na sociedade atual, trata-se de conceitos que se aproximam, a despeito disso Souza (2020) vai descrever:

Temas como: as práticas religiosas, a busca de espiritualidade interna, a valorização da transcendência, os relacionamentos afetivos, as várias formas de amar e de perdoar são alguns assuntos presentes em encontros formais e também nos momentos de informalidade. Compreender o impacto da ansiedade, o sofrimento produzido pela depressão, o aumento de violência social entre outros objetos de discussão, interessam aos estudiosos da psicologia, mas interessam também aos estudiosos de outras áreas, inclusive, cientistas da religião e pesquisadores da teologia cristã. (SOUZA, 2020, p.209)

É possível perceber que as temáticas apresentadas são interesses de ambas as ciências, estas viabilizam uma aproximação mais profunda das problemáticas e dos objetivos, favorecendo uma reflexão e, ao mesmo tempo, um apontamento da importância da dialética dos dois saberes.

A vida, ou seja, sua dignidade é o foco de ambos os campos de estudo, contudo, esta relação deve ser feita respeitando os limites das chaves de interpretação e os pensamentos presentes na teologia e na psicologia.

O fenômeno religioso passa a ser objeto de profundas reflexões e estudos nos campos da psicologia e da psiquiatria, por isso a importância desse diálogo.

Dalgallarrondo (2008) chega a descrever que a espiritualidade, a religião e a compreensão de Deus, mesmo que muitas vezes ainda hostilizadas por algumas escolas da psicologia clínica, tornam-se fenômenos de estudo de profissionais da área

da saúde física e psíquica, pois passam a perceber a espiritualidade como constituinte da subjetividade humana e parte central da vida humana.

Vale ressaltar que a psicologia, desde os seus inícios, caminhou numa direção distinta, procurando romper com suas raízes filosóficas e teológicas. Para esse fim, as ciências naturais foram utilizadas para um aspecto experimental, gerando um caráter empírico enquanto ciência social, sendo assim, a capacidade interpretativa da teologia em relação a natureza do indivíduo se depararia com um pujante desafio.

Compreensões adquiridas empiricamente através de enquetes e através do cálculo e interpretação de dados psicológicos ocuparam o lugar da antropologia filosófica e da exegese e hermenêutica teológica e trouxeram à tona novas imagens do ser humano. Com isso também surgiram ideais utópicos e modelos com cargas ideológicas. (UTSCH, 2013, p. 373)

Tanto HOCH (1985) quanto UTSCH (2013) vão descrever que a psicologia se concentra no viés antropocêntrico e a teologia de caráter teocêntrico, isso faz-nos compreender que há fenômenos importantes que a psicologia não irá responder, mas que serão abordadas e respondidas pela teologia.

Nesta dialética não esperamos que a psicologia procure ter Deus como objeto do seu estudo, sendo ele um foco específico de conhecimento, pois compreende que Deus é objeto específico de conhecimento da teologia. Quando propomos uma dialética não se aponta a psicologia esta tarefa, pois não é de sua competência tal ato.

Holanda (2015) diz que o papel da psicologia e estar disponível a ouvir de forma compromissada os seus pacientes, muitos desses, carregados de experiências com o sagrado e com as próprias necessidades.

Sobre isso Holanda ainda descreve:

A Psicologia tem medo de perder sua cientificidade se introduzir Deus como um dos objetos de suas preocupações acadêmicas. Tornou-se, assim, prisioneira de suas próprias certezas. Não pode aceitar a ideia de Deus, porque não pode comprovar sua existência; não pode negá-la, porque bilhões de inteligências humanas convivem com a ideia de um Ser Superior. E aí a Psicologia ou uma certa psicologia tem feito a pior coisa que uma ciência pode fazer: faz de conta que Deus não é objeto de suas preocupações epistemológicas. (HOLANDA, 2015, p.15)

Michael Utsch é um psicólogo, psicoterapeuta e psicólogo religioso alemão contemporâneo. Segundo ele essa dialética entre psicologia e teologia encontra grandes dificuldades, pois há hermenêuticas conflitantes em relação à sabedoria da vida.

Suspeitas da Psicologia em relação à teoria teológica sobre a pessoa foram formuladas no sentido de que a perspectiva teológica pouco valoriza a sensualidade e a corporeidade do ser humano e produz doenças obsessivo-compulsivas com suas ideias morais rígidas e alheias ao mundo. Já suspeitas de parte da Teologia em relação à Psicologia foram, por exemplo, formuladas no sentido de que lá se praticaria um culto sistemático em torno do próprio ego. (UTSCH, 2013, p. 373)

É possível perceber que esta relação ainda caminha numa proposta de desenvolvimento, de fato, pastores e pastoras cada vez mais se deparam com demandas vindas de pessoas que estão presente em seu contexto, são dores e sofrimentos da alma, ou seja, conteúdos narrados para um viés psicológico-imanente, mas abordado sob uma perspectiva religioso-transcendente.

Já que essa dialética é tão necessária em nossa contemporaneidade, torna-se urgente um ajustamento. Utsch milita na ideia de haver limites entre ambas para um diálogo crítico mútuo entre a psicologia e teologia.

Todo o conteúdo proferido pelo indivíduo precisa ser ressignificado pelo teólogo no apontamento da falibilidade humana como condição histórica, assim a psicologia pode desenvolver uma ferramenta de reflexão para uma conscientização de limitações, assim como, as estruturas psíquicas enfermias. “A encarnação de Cristo não se deu apenas para dentro de contextos sofridos da sociedade; ela se deu também para dentro das profundezas mais escuras da nossa individualidade” (HOCH, 1985, p. 250).

Blazer aponta que “as crenças e ações religiosas, assim como o sofrimento emocional, são urdidas no mesmo tecido da história de vida de uma pessoa” (BLAZER, 2002, p. 249)

Como resultado, tudo o que a psicologia desenvolve em seus estudos e, que investiga aspectos conscientes e inconscientes, devem ser agregados a ressignificação da história de vida do indivíduo, como também, sua vida espiritual.

No olhar de Hoch, no tempo em que a psicologia explica o comportamento das pessoas por meio de uma investigação histórico-inconsciente, a teologia e a pastoral do aconselhamento dissociam a lógica dos condicionamentos presentes em toda a história de um indivíduo mostrando que tudo o que foi vivido é ressignificado pela ação de Deus. “A Teologia está aberta para uma ação de Deus que rompe esquemas fixos e redimensiona a vida individual e coletiva em moldes totalmente novos e imprevisíveis”. (HOCH, 1985, p. 262-263)

Para Frankl cogitar que a “assistência médica da alma, substitua a assistência pastoral da alma, é ignorar a diferença existente quanto à intencionalidade de cada uma destas disciplinas”. (FRANKL, 2007, p. 71)

Não há dúvida que ambas as ciências têm sua importância no cuidado do ser humano.

3. CONCLUSÃO

Mesmo que haja uma progressão significativa do diálogo entre psicologia e a teologia, compreende-se que estamos ainda longe de uma condição favorável, onde a aproximação da ciência e da religião seja capaz de construir estruturas comuns capazes de gerar resultados significativos à compreensão da importância da dialética de ambas no favor do ser humano.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAZER, Dan. **Freud versus Deus**. Tradução de Paulo Zacarias. Viçosa: Ultimato, 2002

DALGALARRONDO, Paulo. **Religião, psicopatologia e saúde mental**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FOULQUIÉ, Paul, **Dialética**. Gráfica European, 1979.

FRANKL, Viktor E. **A presença ignorada de Deus**. Tradução de Walter O. Schlupp e Helga H. Reinhold. 10a ed. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes, 2007.

HOCH, Lothar C. Psicologia a Serviço da Libertação: possibilidades e limites da psicologia no aconselhamento pastoral. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, ano 25, n. 3, 249-269, 1985. Disponível em:

http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1254/1209.

Acessado: Janeiro 2024.

SOUZA, Edilson Soares de. Aproximações entre teologia cristã e psicologia: o ambiente acadêmico como espaço de diálogo entre religião e ciência. **Revista Via Teológica**, Vol. 21, n° 41, p. 191-218, Jun 2020. Disponível em: <https://periodicos.fabapar.com.br/index.php/vt/article/view/170/242>. Acessado: Janeiro 2024.

UTSCH, Michael. **Religião e Psicologia**. Estudos Teológicos São Leopoldo Vol. 53 n°. 2 p. 364-381 jul./dez. 2013. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/491/1052. Acessado: Janeiro 2024.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IGREJA DIANTE DA PREVENÇÃO AO ALCOOLISMO: ELABORAÇÃO DE PALESTRAS

Antonio Sérgio Costa Lima¹⁰
E-mail: sergiocosta_lima@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta a igreja como parceira do poder público na prevenção ao uso indevido de álcool, tendo como objetivo, a prevenção através de estratégias que venham promover além do fortalecimento de ambientes e hábitos saudáveis a conscientização educativa sobre os riscos do uso do álcool antes que eles surjam.

O uso de álcool, principalmente quando se trata de uso crônico e abusivo, deve ser observado não só por profissionais de saúde, mas por toda parcela da sociedade, inclusive, a igreja. veja o que diz o texto abaixo sobre a problemática do consumo do álcool:

O consumo de álcool é um fator causal de mais de 200 doenças e lesões, sendo associado ao risco de desenvolver transtornos mentais e comportamentais incluindo dependência, pancreatite e cirrose hepática, alguns tipos de câncer e doenças cardiovasculares, além de lesões resultantes de violência, confrontos e colisões (CFM,2019,p.12).

Esse trabalho está organizado em três partes. A primeira apresenta a problemática e o contexto a respeito do consumo de álcool no Brasil.

A segunda parte diz respeito às perspectivas de princípios teológicos e científicos de prevenção ao consumo indevido de álcool.

A terceira parte trata da responsabilidade social da igreja na prevenção ao uso indevido de álcool. Mostra também um conteúdo preventivo, através de palestras conscientizadoras, para os ministérios de liderança da igreja.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. PROBLEMÁTICA E CONTEXTO DO ÁLCOOL NO BRASIL

¹⁰ Mestrando da Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA)

O consumo excessivo de álcool pode acarretar uma série de problemas de saúde, comprometendo desde doenças no fígado, cardíacas até ao sistema imunológico, como resume o trecho abaixo.

O álcool é um importante fator de risco reconhecido para muitos problemas de saúde e, portanto, é um dos principais contribuintes para a carga global de doenças no planeta, sendo motivo de grande preocupação econômica, política, social e sanitária no mundo contemporâneo (ARAÚJO; LOTUFO; COSTA, 2015, p.11)

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o álcool é a substância mais consumida entre crianças e adolescentes no Brasil. O uso geralmente ocorre em episódios chamados de binge, onde o uso é em grande quantidade. A idade média para o primeiro uso de álcool é de 12,5 anos (CNM, 2015).

Buscando uma atualização a respeito do consumo do álcool em termos do Brasil, foi realizada uma pesquisa domiciliar em abril de 2023, pelo IPEC - Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica a pedido do CISA - Centro de Informações sobre Saúde e Álcool acerca do consumo de bebidas alcoólicas por brasileiros. A finalidade daquele trabalho foi buscar entender com que frequência e intensidade os brasileiros maiores de 18 anos que consumiam bebida alcoólica.

Foi aplicada a metodologia com pesquisas qualitativa e quantitativa baseada em coleta de dados através de entrevistas domiciliares. O Levantamento contou com os seguintes dados abaixo:

A entrevista contou com uma amostra de 1.983 de brasileiros entrevistados, sendo que um pouco mais da metade da amostra foram mulheres (52%). A média de idade foi de 42 anos, e pelo menos 41% dos participantes haviam concluído o ensino médio. Grande parte da amostra estava concentrada na região Sudeste do país (43%). Com relação à classificação econômica, quase 50% dos entrevistados representavam a classe C; a renda familiar dos participantes estava em torno de 1 salário-mínimo (28%), 1 a 2 salários-mínimos (29%) e 2 a 5 salários-mínimos (26%). Cinquenta e cinco por cento dos entrevistados se declararam pretos e pardos e, com relação à religião, 54% dos participantes se declararam católicos e 28% evangélicos. Por fim, 84% dos entrevistados disseram ter acesso à internet (ANDRADE, 2023, p.62).

Para entendermos bem essa pesquisa, no que diz respeito o consumo de bebida alcoólica no Brasil, é considerado uma dose o seguinte: uma lata de 350 ml de

cerveja, uma taça de 150 ml de vinho ou um copo de 45 ml de bebida destilada, como cachaça e whisky.

Com relação à frequência de consumo abusivo (tabela 5), ou seja, a ingestão de seis ou mais doses por ocasião, a maior porcentagem (33%) pratica esse tipo de consumo uma vez por mês ou menos; 30% uma vez por semana ou a cada 15 dias; 12% de duas a quatro vezes por semana e 5% responderam cinco ou mais vezes por semana. A maior parte dos jovens e adultos apresentaram este padrão de consumo entre menos de uma vez ao mês e uma vez por semana. A faixa etária 60 e mais é a que pratica o consumo abusivo com mais frequência: 17% afirmam consumir seis ou mais doses duas a quatro vezes por semana e 9% o fazem cinco vezes por semana ou mais.

Tabela 5. Frequência de consumo abusivo de álcool por ocasião*

FREQUÊNCIA DO CONSUMO DE ALCÓOL	TOTAL (%)	FAIXA ETÁRIA (%)				
		18 A 24	25 A 34	35 A 44	45 A 59	60 E MAIS
Cinco vezes por semana ou mais	3 %	3%	2%	4%	3%	4%
De duas a quatro vezes por semana	7 %	6%	9%	7%	8%	4%
Uma vez por semana ou a cada 15 dias	20 %	25 %	23 %	16 %	21 %	14%
Uma vez por mês ou menos	14 %	20 %	19 %	16 %	10 %	7%
Nunca	55 %	46 %	47 %	57 %	57 %	71%
Não sabe	0 %					
Não respondeu	0 %					

Fonte: CISA, com dados do IPEC

2.2 PERSPECTIVAS DE PRINCÍPIOS TEOLÓGICOS E CIENTÍFICOS DE PREVENÇÃO AO CONSUMO INDEVIDO DO ALCÓOL.

Apesar da teologia e o estudo científico apresentarem objetivos comuns com relação a promoção a prevenção ao uso indevido de drogas, percebe-se, no entanto, abordagens diferentes nos princípios. A teologia destaca princípios éticos e morais, mostrando a necessidade do autocontrole e valores espirituais para resistir aos impulsos e tentações. Já a ciência através da *NationalInstitutteonDrug Abuse* concentra-se em princípios de prevenção para ajudar pais, educadores e líderes comunitários a refletir, planejar e introduzir programas preventivos ante o uso de álcool e outras substâncias com base em comprovação científica. Esses princípios são os seguintes: Princípios para fatores de risco e de proteção, princípios para o planejamento da prevenção com familiares, princípios para programa escolares, princípios para programa comunitário e princípios para a introdução de programas preventivos.

A área religiosa demonstra ser um fator importante com relação ao consumo de álcool dos brasileiros entrevistados.

Os praticantes da religião evangélica se destacaram com as maiores prevalências de abstenção e as menores de consumo abusivo. Setenta e três por cento deles se declararam não bebedores, em comparação com 49% da religião católica e 45% das demais religiões ou de pessoas que não seguem nenhum credo, enquanto 11% praticam consumo abusivo, comparados aos 19% de católicos e 21% de outras religiões/ sem religião. De forma geral, os praticantes de alguma religião, seja católica ou evangélica, possuem maiores níveis de abstenção e menores prevalências de consumo abusivo comparados aos de outras religiões ou sem religião.

RELIGIÃO			
CONSUMO DE ÁLCOOL	CATÓLICOS	EVANGÉLICOS	OUTRAS/SEM RELIGIÃO
NÃO BEBEM	49%	73%	45%
MODERADOS	31%	16%	34%
ABUSIVOS	19%	11%	21%

Fonte: CISA, com dados do IPEC

Uma passagem bíblica no novo testamento esclarece quais procedimentos dentro de uma prevenção bíblica moderada pode-se analisar os princípios éticos e morais em nosso cotidiano. Vamos analisar o versículo de Paulo:

“Os alimentos foram feitos para o estômago e o estômago para os alimentos, mas Deus destruirá ambos. O corpo, porém, não é para a imoralidade, mas para o Senhor, e o Senhor para o corpo.” (I Coríntios 6:12-13)

Perceba que em nenhum momento está sendo proibido o consumo da bebida, mas há uma ordem clara nas Escrituras em não permitir que nada, a não ser Deus, controle nossas vidas. A questão é que a liberdade cristã deve ser exercida com moderação e disciplina, do contrário ela se torna uma escravidão espiritual, pois aquele que não tem autocontrole, não pode se sentir livre. Percebe-se que aquilo que é adverso da Bíblia e vai de encontro a sua consciência ou que é puro e nobre não passa de um ardil para prender o ser humano. Observa-se também um princípio na passagem “O Senhor é para o corpo, e o corpo para o Senhor”, embora o corpo seja finito, há uma exigência da parte de Deus de pureza e santidade. Deus requer uma vivência através do Espírito Santo de um corpo regenerado e lavado pela sua Graça infinita.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IGREJA.

O Congresso Internacional de Evangelização Mundial, que ocorreu na cidade de Lausanne, Suíça, entre os dias 16 e 25 de julho de 1974, destacou a responsabilidade social da igreja ao reconhecer a importância do envolvimento cristão nas questões sociais. Destaca a essencialidade dos cristãos serem agentes de transformação em todas as áreas da sociedade, promovendo a justiça e o bem-estar. O pacto de Lausanne ressalta que a proclamação do Evangelho deve ser acompanhada por ações sociais que promovam o amor de Cristo e atendam às necessidades humanas. Diante desse contexto foi feita uma distinção entre as duas ações tanto da evangelização como da ação social mostrando, no entanto, a valorização de ambos para o ser humano:

Lausanne estabelece que a Igreja foi chamada, tanto para a evangelização, quanto para a ação social, entendendo que são elementos distintos e que devem integrar o dever cristão, pois ambos relacionam-se com o Ser de Deus e com o caráter com a necessidade

do ser humano. Evangelização e ação social não são excludentes do contrário devem ser parceiras na missão (ROCHA,20023,p.23.)

No que diz respeito à relação entre responsabilidade social e evangelização concordo com Rocha em seu livro “ no seguinte trecho abaixo:

Ao contrário do que muitos pensam, entendo que a tarefa da Igreja deve abarcar as duas ações, a evangelizadora e a social. Ora, se houver fidelidade ao Evangelho de Jesus, a Igreja não cometerá o equívoco de priorizar uma ação em detrimento da outra. No entanto, creio, ainda, que se deve usar o bom senso ao decidir qual será a atividade a encabeçar o contato da Igreja com dada comunidade. Conquanto devam andar juntas, a evangelização e a ação social podem existir independentemente (ROCHA,2003,p.41)

Dentro da responsabilidade social da igreja pode-se promover uma ação social através de palestras que ajude pessoas nos seguintes tópicos: Promover a saúde espiritual e mental abordando temas sobre o uso equilibrados do álcool nas escrituras sagradas e assim incentivar a moderação nos relacionamentos pessoais; Incentivar a conscientização sobre as consequências do consumo indevido de álcool entre os membros da igreja, inclusive, dos riscos sociais e à saúde; Trabalhar relacionamentos através da abordagem do tema facilitando um ambiente de apoio para que haja condição das pessoas refletirem melhor sobre questões do consumo indevido de álcool; Fortalecer princípios éticos e teológicos relacionados ao consumo responsável de álcool e assim incentivar o autocontrole; Dar suporte informativo as pessoas que já estão vivendo problemas relacionados ao consumo de álcool, ajudando naquilo que for necessário;

Temos que lembrar que cada abordagem deve ter a sensibilidade, de estar sempre observando as circunstâncias e situações de vulnerabilidade de cada participante da palestra.

3. CONCLUSÃO

Dentro dessa perspectiva escolhemos implementar palestras preventivas ao ministério de liderança da igreja e de seus membros. Outra questão seria trazer um conteúdo formado por uma estratégia preventiva ao uso indevido de álcool e que

conscientize essa comunidade cristã sobre a problemática do uso indevido do álcool antes que ele aconteça.

Esperamos que esse material não só alcance esse objetivo, mas transforme a mentalidade da liderança eclesial com relação à saúde terapêutica de pessoas membros de Igrejas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Alberto José de; LOTUFO, João Paulo Becker; COSTA, Carolina (eds). **A tragédia do alcoolismo**: causas, consequências e prevenção. BRASÍLIA: Conselho Federal de Medicina, 2019.

ANDRADE, Arthur Guerra de (Org.). **Álcool e a saúde dos brasileiros**: panorama São Paulo: Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, 2019.

ANDRADE, Arthur Guerra de (Org.). **Álcool e a Saúde dos Brasileiros**: Panorama 2023. 1.ed. São Paulo: Centro de Informações sobre Saúde e Álcool - CISA, 2023.

Confederação Nacional de Municípios. **Tratamento da dependência química**: conceitos e abordagens. Brasília: CNM; 2015.

ROCHA, Calvino Teixeira da. **Responsabilidade Social da Igreja**. Londrina: Descoberta, 2003.

TEOLOGIA PRÁTICA E A MEDIAÇÃO PARA UMA HOMBRIDADE EM TEMPOS DE MUDANÇA

Gladyston Tavares Ladislau¹¹
E-mail: gladystonladislau@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A contemporaneidade expõe uma sociedade imersa em crises institucionais interligadas, resultando em desarranjos complexos e abrangentes. Diante das mudanças marcantes, como a pandemia de COVID-19, a noção tradicional de hombridade enfrenta transformações significativas. O homem, enquanto marido, pai, cristão e cidadão, encontra-se desafiado a equilibrar esses papéis em um cenário de constantes mudanças, culminando em crises individuais e coletivas.

Diante desse contexto desafiador, a Teologia Prática surge como ferramenta essencial para mediar uma hombridade significativa. A reflexão teológica se torna crucial para contextualizar o homem nas esferas cultural, social e histórica à luz das Escrituras Sagradas. A abordagem proativa, aliada ao aconselhamento pastoral, visa não apenas ajudar o homem a compreender e expressar sua fé de maneira relevante, mas também a lidar com as complexidades emocionais, psicológicas e espirituais oriundas das constantes transformações. Nesse sentido, este estudo busca identificar e analisar os desafios enfrentados pelo homem contemporâneo, apresentando uma abordagem teológica prática como meio de mediar e fortalecer a hombridade diante dessas mudanças.

2. DESENVOLVIMENTO

Usando esse exemplo mais próximo, a pandemia transcendeu os limites da saúde física, moldando profundamente a dinâmica social e desafiando as normas estabelecidas. Num mundo que agora abraça o trabalho e a educação remota e online, gerou mudanças no campo profissional, relacional e religioso, mas, acreditamos, as mudanças nas estruturas familiares foram as mais sentidas.

¹¹Mestrando em Teologia pela faculdade Teológica Sul Americana (FTSA).

O Jornal O Globo, baseado numa pesquisa realizada pelo Datafolha em julho de 2020 na cidade de São Paulo, ouviu 700 homens e apontou que: 56% dos homens entrevistados disseram que precisaram aumentar a sua colaboração dentro de casa; 47% deles começaram a cozinhar mais e 22% afirmaram que não cozinhavam antes da pandemia. Ainda sobre essa questão, 46% dos entrevistados declararam que pretendem continuar a executar as tarefas depois da quarentena.

A dinâmica da vida em sociedade, marcada por constantes mudanças, demanda uma contínua reflexão na área da teologia prática para orientar o homem em sua relação com Deus e consigo mesmo. Diante dessas transformações, o homem se vê compelido a adaptar-se e, muitas vezes, enfrenta dificuldades ao tentar desempenhar seus papéis fundamentais, como o de "sacerdote da família", "cabeça da família" e "provedor da casa", expressões atribuídas a ele, mas que, nesse contexto, frequentemente o deixam sem orientação. A teologia prática emerge como uma ferramenta crucial para auxiliá-lo, assim como sua esposa, na compreensão desses desafios familiares, abordando a complexidade da nova dinâmica familiar e orientando sobre o papel de marido e pai. Simultaneamente, observa-se o declínio da hombridade, com questionamentos sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade, fenômeno que também repercute nas relações familiares. Tais indagações, oriundas das transformações sociais e culturais, não são exclusivas da pandemia, mas remontam à transição para a segunda onda do feminismo nas décadas de 1960 e 1970, destacando-se como uma significativa mudança discutida por Oshman (2023), que aborda a luta pela liberação sexual e questionamentos sobre os papéis tradicionais de gênero e a busca pela igualdade.

Vale ressaltar que esses papéis foram redefinidos na teoria, mas, na prática, não foram e não são vivenciados. Segundo as articulistas do Jornal O Globo, Erika Zordan e Carolina Carvalho (2020), as feministas e especialistas da área afirmam que, embora os homens passem a fazer tarefas domésticas e dividir as responsabilidades com filhos, cabe ainda às mulheres a responsabilidade de tomada de decisão no que diz respeito a organizar e fazer o planejamento sobre orçamento familiar, filhos, limpeza, saúde e alimentação, o que leva as mulheres a terem duas, três e até quatro

jornadas de trabalho, quase sempre não remuneradas. Federici (2020) apud Zordane Carvalho (2020) enfatiza: “O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado.”

Há razões para crer que a pandemia resultará em um legado de aprendizado doméstico para o homem, pois este teve aumentada a sua percepção em relação às demandas domésticas, até então ignoradas. O aprendizado decorrente da pandemia deve se traduzir em mudanças efetivas na sociedade, visando garantir que as mulheres não se tornem vítimas de uma sobrecarga desproporcional de responsabilidades domésticas e que os homens se comprometam com uma participação efetiva em casa, promovendo igualdade e o respeito mútuo entre os gêneros.

A teologia prática precisa ajudar o homem contemporâneo diante da tarefa complexa de equilibrar tradição e adaptação, redefinindo não apenas sua abordagem em relação à família, fé e sociedade, mas também sua compreensão intrínseca de hombridade.

Rui Barbosa (1849 - 1923) enfatiza a relevância primordial da família na estrutura social, declarando que "família é a célula mater da sociedade". A estabilidade e saúde da sociedade estão inextricavelmente ligadas à solidez das famílias, responsáveis pela reprodução, transmissão de valores culturais e socialização. As famílias não apenas refletem a sociedade, mas podem ser agentes ativos de mudança social. Cole (2010), concordando com Rui Barbosa, destaca que "a família é o microcosmo da sociedade", enfatizando a importância de “preservar a família para salvar a nação” (COLE, 2010, p. 59). Contudo, essa visão atribui ao homem uma responsabilidade quase impossível de ser cumprida sozinho. Marques (2022) acrescenta que, “diante dessa pressão, alguns homens optam por fugir do lar, contribuindo para o desamparo e desestrutura familiar” (MARQUES, 2022, p. 158).

No século XXI, apesar de estar apenas iniciando, já impõe no cenário familiar profundas transformações, redefinindo os papéis tradicionais atribuídos ao homem. A família contemporânea se caracteriza por uma maior diversidade de modelos,

desafiando as concepções convencionais. Nesse contexto, a posição do homem na família requer uma adaptação sensível às mudanças sociais.

O homem, outrora visto predominantemente como provedor, assume agora funções mais colaborativas e participativas nas tarefas domésticas e na educação dos filhos enquanto as mulheres ganham proeminência no mercado de trabalho, dividindo essa responsabilidade com o homem. Marques (2022) nos traz dados do IBGE que revelam esse avanço:

Segundo dados do IBGE, em 1950, 12% dos lares brasileiros eram liderados por mulheres. Essa proporção saltou para 26% em 2000, chegando a 35% em 2009. Em 2019, esse número atingiu a assustadora marca de 45%, significando que mais de 10 milhões de mulheres desempenham o papel de chefe da família, assumindo as responsabilidades econômicas e educacionais, sem deixar de cumular com os demais papéis inerentes à natureza feminina. É uma sobrecarga assustadora, e esse fenômeno só cresce. (Marques, 2022, p. 158)

A ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, impulsionada pela necessidade e pelo modelo de encolhimento de renda no Brasil, torna-se essencial para o sustento familiar, diante do cenário de aumento da inadimplência, conforme dados da CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, destacados pelo site Poder 360 (2022). O estudo revela que o endividamento impactou 77,9% das famílias brasileiras no último ano, registrando o quarto aumento consecutivo desde 2010.

A teologia prática desempenha um papel crucial na mediação das relações igualitárias e complementares entre os papéis no lar. Além de promover a compreensão do novo papel colaborativo do homem, é necessário fornecer aconselhamento para evitar que ele se sinta diminuído. Leandro (2023) destaca a importância desse tratamento do homem para com sua companheira, referindo-se ao texto de 1 Pe 3:7.

Maridos, vós, igualmente, vivei a vida comum do lar, com discernimento; e, tendo consideração para com a vossa mulher como parte mais frágil, tratai-a com dignidade, porque sois, juntamente, herdeiros da mesma graça de vida, para que não se interrompam as vossas orações. (Bíblia Sagrada – ARA)

Ele frisa que elas devem ser protegidas da sobrecarga e tratadas como a parte mais "frágil e sensível, dignas de todo o carinho e respeito"(Leandro, 2023, p.54), dessa unidade chamada casamento.

A teologia prática oferece princípios sólidos para a construção de relacionamentos sólidos, promovendo valores como amor, compreensão e respeito mútuo, fundamentais para uma família equilibrada.

Philips (2010) destaca a importância de compreender os tipos de amor, especialmente enfatizando a prática da ágape no relacionamento conjugal. Ele menciona que a Bíblia utiliza quatro palavras para o amor, destacando a necessidade de transcender o amor circunstancial e egocêntrico, “buscando o ágape, o amor doador exemplificado por Cristo”. (PHILLIPS, 2010, p. 104)

Ao abordar as reações negativas dos homens diante das mudanças sociais, Leandro (2023) enfatiza a agressão verbal como uma expressão prejudicial capaz de impactar negativamente os relacionamentos. Ele destaca a importância de evitar atitudes precipitadas no falar, reconhecendo o “potencial de ruína nos relacionamentos sociais e familiares”. (LEANDRO, 2023, p. 54)

Eldredge (2019) questiona o papel da igreja na formação masculina contemporânea, defendendo a ideia de que a moralidade, embora importante, não é suficiente. Ele destaca a necessidade de ir além, considerando aspectos mais amplos e desafiando a igreja a orientar os homens de maneira mais abrangente.

Marques (2022) expressa preocupação com o declínio da hombridade e da liderança jovem, observando que esse fenômeno transcende as igrejas. Ele destaca o apagão de homens e líderes na sociedade, apontando para a “necessidade de uma abordagem mais ampla e proativa”. (MARQUES, 2022, p. 169)

A necessidade premente de uma teologia prática na liderança eclesiástica é destacada por estatísticas alarmantes apresentadas por Krejcir (2016):

Em pesquisa com mais de 1050 pastores, 77% não consideravam ter um casamento satisfatório, 38% estavam em processo de divórcio ou já eram divorciados. Adicionalmente, 30% admitiram casos extraconjugais, e 35% enfrentavam questões relacionadas ao pecado sexual. Notavelmente, uma em cada sete chamadas para ministérios de apoio pastoral tratava de problemas vinculados a vícios sexuais (KREJCIR, 2016, p. 22).

Essa grande confusão retrata a crise da sociedade que passa pela crise da hombridade, crise de moralidade, crise de liderança e que acaba por afetar a família, célula matada sociedade, e, portanto, afeta a toda a sociedade, conforme ensina Merkh (2016):

Não é surpresa para a maioria das pessoas que a família, a igreja e a sociedade passam por crises de liderança. Não se sabe mais quem deve liderar, quais as qualidades essenciais de uma boa liderança e como se deve liderar (Merkh, 2016, p.9).

3. CONCLUSÃO

Podemos concluir que a Teologia Prática precisa exercer o seu papel de olhar para a sociedade, contextualizar essas mudanças culturais, sociais e históricas à luz da Bíblia e, mais do que simplesmente apontar, precisa cuidar e ensinar a como proceder para que o homem, principalmente ele, não se sinta diminuído e exerça seu mandato dado por Deus.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Carolina; ZORDAN, Erika. **Homens e Tarefas Domésticas na Pandemia: Será que Deu Match?** O Globo, 2020. Disponível em: <https://gente.globo.com/homens-e-tarefas-domesticas-na-pandemia-sera-que-deu-match/>. Acesso em: 22/01/2024.

COLE, Edwin Louis. **Marido Irresistível**. 1ª Edição. 2010. Universidade da Família, Pompéia, SP.

ELDREDGE, John. **Coração Selvagem**. 2019. Vida Melhor Editora, RJ. p. 137.

FEDERICI, Silvia. **O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado**. 2020. <https://gente.globo.com/homens-e-tarefas-domesticas-na-pandemia-sera-que-deu-match/>. Acesso em: 22/01/2024.

LEANDRO, Jorge. **Ativando o Potencial Máximo do Homem**. 1ª Edição. 2023. Lake Books, Niterói, RJ.

MARQUES, Márcio Almeida. **Avançemos**. Editora Shilo, 2022, Brasília, DF.

MERKH, David J. **Homem Nota 10**. 2ª Edição. 2016. Hagnos, SP.

PHILLIPS, Richar D. **Homens de Verdade – O chamado de Deus para a masculinidade**. 2010. Editora Fiel, SP.

KREJCIR, Richard J. **Estatísticas sobre Pastores: Atualização 2016**. Disponível em: <https://www.intothyword.org/apps/articles/?articleid=36562%3E>, Acesso em: 22/01/2024.